

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

ATA Nº 050

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Bom-dia, senhoras e senhores!

Vamos dar início às discussões desta Audiência Pública de hoje.

Eu queria comunicar a todos que, pelo que estou vendo, esta Audiência está muito representativa, o que será muito importante para a discussão que teremos hoje aqui.

Eu quero convidar algumas pessoas para comporem a Mesa, mas eu quero que todas as outras pessoas que estão aqui, hoje, representantes, sintam-se envolvidas nessa discussão.

Eu vou compor a Mesa com algumas pessoas para darmos início a essa discussão, mas convoco todos os presentes a participarem ativamente.

Eu vou compor a Mesa com representantes, porque eu entendo importante o questionamento, do Governo do Estado, da Prefeitura do Município e da Caixa Econômica Federal, e, também, porque eu entendo que - posso estar errado, mas estou aqui para, também, aprender - esses programas de habitação são desenvolvidos exatamente pelo Poder Público, com a cobrança, com a participação e com as informações de necessidade da sociedade organizada. Esta Audiência está muito representativa, porque nós temos presidentes de bairros, presidentes de organizações.

Então, eu quero compor a Mesa para que possamos tratar a discussão basicamente com os organismos que têm a função de zerar, de acabar, de desenvolver os programas, para que possamos combater o déficit habitacional do Estado de Mato Grosso.

Eu quero convocar para compor a Mesa o companheiro Joaquim Curvo, Secretário Adjunto de Habitação, neste ato representando o Governo do Estado de Mato Grosso. É o Secretário Joaquim Curvo quem irá falar da política do Governo do Estado para questão da habitação. Ele falará o que não foi feito nos últimos anos, nos últimos Governos, o que está sendo feito pelo Governo atual e o que ele pretende fazer.

Quero convidar, também, para compor a Mesa, o Sr. Rômulo Vandoni Filho, Secretário de Habitação do Município, representando o Prefeito de Cuiabá, Sr. Roberto França.

Eu quero convidar também o companheiro Wilson Vargas, representando aqui a Caixa Econômica Federal, que irá nos prestar esclarecimento sobre os programas que a Caixa Econômica tem para os governos, para o Governo do Estado, para os municípios, e o que é que vem de novo aí. Ontem, eu estava lendo uma decisão, esta semana, do Lula, do Ministro das Cidades, com relação a novos programas para habitação.

É importante também trabalharmos sempre em cima de informações, para isso, gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o meu amigo Deovaldo Souza, representado aqui o IBGE, que poderá nos falar muito sobre números.

Então, eu só queria deixar bem claro que o fato de esta Mesa estar composta com estas pessoas, não é por ordem de importância com relação às demais que estão aqui. Cada um que está aqui, hoje, é uma autoridade. Todas as pessoas que estão aqui hoje são autoridades. A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

composição da Mesa serve até para facilitar outros questionamentos. A palavra será aberta a todas as pessoas. Todos aqui poderão falar.

Eu gostaria, inclusive, que trabalhássemos em cima do tempo, porque temos até 11:30 horas para levar esta Audiência Pública, o que dá tempo para conversarmos muito sobre essa questão.

Eu quero registrar aqui algumas presenças: Carlos Alberto, representante do CRECI; Aldemir Oliveira, Presidente do Bairro Altos do Coxipó; nossa amiga Ximita, combatente, que está aqui para conversar também; Jussara Cristina de Souza, Presidente do Bairro Novo Terceiro; Ivonete de Deus, Assessora Jurídica do Bem-Estar Social de Cuiabá; Joaquim Pereira dos Santos, Presidente da UEMAT, Associação Unidos pela Terra do Estado de Mato Grosso; Lenilza da Silva, representante da comunidade Imaculada Conceição; Claudemir Mingorance, Diretor da AGER; Elton John Lenon, Presidente do Bairro Parque Residencial Coxipó; Ruy Fernandes, Diretor Técnico da Agência de Habitação de Cuiabá; Iracema Leite, neste ato representado o Secretário de Bem-estar Social, Carlos Alberto; Sr. Júlio César, Coordenador do *Campus* da UNEMAT de Barra do Bugres, neste ato representando o Reitor da UNEMAT; Maria Duarte, representando o Sr. Alberio, da Prefeitura Municipal de Cuiabá; Sr. Raimundo Nogueira de Menezes, Presidente do Bairro Tarumã; Sr. Waldemar Marconato, empresário ex-Secretário de Obras e Serviços Urbanos da administração Frederico Campos; Sr. Antônio Ribeiro, Presidente do Bairro Águas Nascentes, Sr^a Lúcia Mamed, representante do Bairro Império do Sol; Sr^a Eloísa Dorileu, Presidente do Bairro Jardim Marina; Sr. Alberto Roberto Delladrea, Presidente do Bairro Vila Nova; Sr. Sidnei Aparecido, Presidente do Bairro Araés; Sr. José Carlos Rodrigues, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Cinturão Colina Verde; Sr. Olivar Soares da Silva, Pastor Evangélico; Sr^a Leocilda Miranda, Gerente de Mercado, também representando a Caixa Econômica Federal; José Roberto Freitas Cavalcante, Sr. Presidente da Associação de Mutuários da Habitação.

Eu queria, primeiramente, ler um texto que pode nos servir de base até para que possamos conduzir as nossas discussões, informações, uma vez que hoje mais da metade das pessoas que moram em Mato Grosso não são daqui.

Há muita coisa na história, Sr. Joaquim Curvo, do nosso Mato Grosso, da nossa Cuiabá, que temos que estar sempre lembrando. Muita gente não é daqui e é importante que tenham o conhecimento de todo o desenvolver da nossa Cuiabá, dessa cidade que hoje tem 284 anos.

Para que os senhores tenham uma idéia, em 1970, ontem, Cuiabá tinha apenas 50 mil habitantes. Cuiabá era uma Alta Floresta. Então, vejam o que aconteceu nessa cidade em 33 anos.

Eu vou passar a história bem rapidamente, mas importantíssimo para essa nossa discussão.

Cuiabá foi fundada em 08 de abril de 1719. Em 17 de setembro de 1818, a vila virou cidade e em 1825 tornou-se a Capital da Província, contando com cerca de 07 mil habitantes. Então lá, em 1825, tínhamos 07 mil habitantes.

Devido à abundância do ouro em suas minas, Cuiabá cresceu rapidamente, chegando na terceira década do Século XVIII (por volta de 1733), e talvez muitos não saibam, mas Cuiabá foi a cidade mais populosa do Brasil e uma das regiões que mais ouro enviou para Portugal.

Após a febre de exploração do ouro de aluvião, Cuiabá, sobrevivendo ao triste destino das cidades que se desenvolvem em função da atividade mineradora, e muitas em Mato Grosso existem assim e depois se tornam cidades fantasmas, mas, graças a sua localização privilegiada, achou um novo e importante papel no contexto político nacional, contribuindo decisivamente para a consolidação e proteção do território brasileiro.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Cuiabá firmou-se, então, como o principal centro de apoio urbano a todo o processo de ocupação do oeste brasileiro e da Amazônia meridional.

Tendo sido o primeiro município mato-grossense, Cuiabá também deu origem a todos os demais municípios desta região do País, incluindo-se Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia.

Segundo censos históricos, no ano de 1872, éramos uma população de 35.987 habitantes. Olhem só que interessante, em 1872 tínhamos uma população de praticamente 36 mil habitantes. Porém, após a participação de Mato Grosso na Guerra do Paraguai e a posterior epidemia de varíola, quase metade da população de Cuiabá foi dizimada. Então, de 36 mil, por causa da varíola e da guerra, caímos para praticamente 18 mil habitantes, reduzindo-se para 17.815 habitantes. Quer dizer, metade da população foi dizimada.

Passado o período de ocupação em defesa do oeste brasileiro, Cuiabá passou por um longo período de estagnação, até que na década de 70 veio o processo de integração nacional, efetivado através da ligação rodoviária por asfalto ao atual Mato Grosso do Sul e ao Estado de Goiás. E, então, novamente Cuiabá passou a crescer aceleradamente.

Resultado disso foi que, em 1872, Mato Grosso, que tinha 60.417 habitantes... Então, olhem só, em 1872 tinha 60 mil habitantes. Em 1960, passados apenas 88 anos, já tinha uma população de 889.839 habitantes, crescendo mais de 11 vezes.

E de 1960 até o censo de 2000, a população do Estado praticamente triplicou - olha só - alcançando seus 2,6 milhões de habitantes atuais. Essa é a população do censo de 2000.

Outro dado igualmente interessante é que em 1960, Cuiabá e Várzea Grande somavam juntas... Olha só, em 1960, Cuiabá e Várzea Grande, as duas maiores cidades de Mato Grosso somadas tinham sessenta mil habitantes.

Em 2000, exatos quarenta anos depois, somavam-se mais de setecentos mil habitantes. Quer dizer, em 70, Cuiabá e Várzea Grande tinham sessenta mil habitantes, hoje nós beiramos uns oitocentos mil. Ou seja, a população dessas duas cidades cresceu nas últimas quatro décadas 1200%, aproximadamente.

O desenvolvimento e o crescimento vieram juntos. Veio o asfalto, porém, a cidade não estava preparada para crescer. Assim sendo, ao mesmo tempo em que Cuiabá adquiria área de metrópole, estampava também os problemas das grandes metrópoles brasileiras que cresceram desordenadamente.

Em 1996, segundo o IBGE, Cuiabá tinha quatrocentos e trinta e três mil habitantes e a sua taxa de urbanização já era altíssima, 98%.

Como fruto do crescimento desordenado, Cuiabá também cresce com a falta de infra-estrutura - inclusive daqui a pouco, o Rominho vai falar sobre isso, mas a informação que nós temos é que 60% de Cuiabá nasceu fruto de ocupação desordenada, a invasão, o grilo que automaticamente é a ocupação que acaba sendo desordenada. Então, as informações que nós temos é que mais de 60% de Cuiabá...

Hoje, quando nós entramos ali no Bairro Santa Isabel que maravilha o Bairro Santa Isabel, nasceu de ocupação. O Bairro Alvorada, atrás da Rodoviária, nasceu de ocupação, tantos outros.

A população brasileira hoje tem mais de 170 milhões de habitantes e o déficit habitacional está beirando uns sete milhões de moradia. Quase 83% das famílias que não têm casa própria estão na faixa, Wilson - pelas informações que nós temos -, daqueles que ganham de zero a três salários mínimos. E aí porque eu, como político, trabalho e defendo programas para o pobre, para aqueles que não têm como pagar um centavo na prestação de uma casa própria. Então, é ali na faixa de 83% do déficit habitacional, de quem não tem casa para morar, está ali no cidadão que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

ganha de zero a três salários mínimos. E aí, por exemplo, no restante das famílias, 7,8% dos que não têm casa, estão na faixa de três a cinco salários mínimos; 6,5% dos que não têm casa, estão na faixa de cinco a dez salários mínimos e 2% na faixa daqueles que ganham mais de dez salários mínimos.

E aqui em Mato Grosso? Vamos discutir essas informações. Temos informações de que o déficit habitacional em Mato Grosso é de noventa e duas mil famílias sem casas.

Outras informações nos dizem que nós temos um déficit em Mato Grosso de 185 mil famílias sem casa.

Uma pesquisa denominada Mapa da Miséria, realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela que 25% da população mato-grossense é formada por miseráveis. Ou seja, cerca de 650 mil mato-grossenses vivem hoje com até R\$ 80,00 mensais.

Cuiabá e Várzea Grande, que concentram quase 40% do total de habitantes do Estado, concentram também a maior parte da carência habitacional, estimada nessas duas cidades, em torno de 70 mil habitações na área urbana e na área rural. Estima-se ainda, que haja um déficit qualitativo em torno de 35 mil moradias.

Paradoxalmente à falta de moradia, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SMADES - não sei se tem algum representante aqui -, diz o seguinte: Cuiabá possui o maior índice de terrenos baldios do país em relação ao número de habitantes, e que se fossem ocupados, resolveriam a carência habitacional das famílias que estão abaixo do padrão digno de moradia.

Para se ter uma idéia, num levantamento efetuado através de um projeto piloto chamado “Cuiabá da Gente”, que foi recentemente realizado pela UCAMB (União Cuiabana de Associações de Bairro) em parceria com o INTERMAT (Instituto de Terras de Mato Grosso), constatou-se a existência de 543 lotes vagos em apenas 5 bairros de Cuiabá (Novo Paraíso II, Alto da Boa Vista, Ouro Fino, Três Poderes e Paiaguás II), e que poderiam estar sendo ocupados por famílias carentes inseridas dentro de projetos habitacionais.”

Como nós temos informações do IBGE, eu quero passar a palavra ao Sr. Deovaldo Benedito de Souza, do IBGE, exatamente para nos passar as informações que é em cima de informações que nós, seqüencialmente, vamos trabalhar.

Com a palavra, o Sr. Deovaldo Benedito de Souza, representando o IBGE.

O SR. DEOVALDO BENEDITO DE SOUZA - Prezado Deputado Sérgio Ricardo, em nome do qual cumprimento os demais representantes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores.

Eu gostaria, inicialmente, Deputado Sérgio Ricardo, de agradecer o convite para estarmos aqui representando o IBGE, falando um pouquinho da nossa instituição, eu acredito que seja um pouco útil também no levantamento dessa questão de déficit habitacional dentro do Estado de Mato Grosso.

Devo dizer que o IBGE não trabalha em cima de conceitos de déficit habitacional, nós trabalhamos nas nossas pesquisas, principalmente, a do censo demográfico que são realizados de 10 em 10 anos. Nós temos uma pesquisa nova que se chama Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, que nós temos o levantamento dessas informações, conceitualmente, ela tem a mesma característica do censo com relação a investigação dos domicílios existentes dentro do Estado de Mato Grosso.

De acordo com essas informações levantadas no último censo, estou trazendo do censo porque ela é uma informação mais universal, trabalha mais em nível de distrito e de bairros, onde nós temos bairros oficialmente constituídos, como é o caso de Cuiabá. Nós temos essas informações que descem em níveis de bairros legalmente constituídos dentro do Município de Cuiabá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Eu trouxe aqui, o volume de informações é muito grande, depois passarei o *site* do IBGE, qualquer pessoa que quiser buscar essas informações com maior detalhe, pode buscar através do *site*, ou pode ter acesso também no próprio IBGE, nós temos pessoas que podem estar acessando nossas informações já em nível desagregado para facilitar o trabalho. Mas, de acordo com o último censo, nós levantamos em Mato Grosso a existência de seiscentos e quarenta e cinco mil novecentos e cinco domicílios particulares permanentes, que nós chamamos. Desse universo, quatrocentos e cinqüenta e nove mil novecentos e quarenta e sete, as pessoas nos informaram que esses domicílios eram pobres, quer dizer, já tinham adquirido, já era da família que morava; oitenta e oito mil trezentos e oito domicílios, eles eram alugados, são informações de pessoas que disseram que a ocupação daquele imóvel era por locação noventa mil e setenta e dois domicílios estavam sendo ocupados por forma de cessão, eram cedidos, nesse caso, a maioria cedida por empregador; e sete mil quinhentos e setenta e oito domicílios eram ocupados de uma outra forma. Então, esses são os dados do censo com relação ao Estado de Mato Grosso.

Como eu disse, nós não temos o conceito de déficit habitacional, porque nós não investigamos essa informação, o que nós trazemos são essas informações. Se você for levar em consideração, que se considera déficit habitacional aquelas pessoas que ocupam os domicílios por locação entre forma de cessão, nós chegaremos a um número em torno de cento e setenta e oito mil domicílios ocupados dessa forma dentro do Estado de Mato Grosso, o que de certa forma, poderíamos dizer assim, seria alguma coisa caracterizando esse déficit habitacional que está se buscando discutir hoje no Estado de Mato Grosso.

Então, essas são algumas informações específicas para o Estado de Mato Grosso, eu vou passar essas tabelas, posteriormente, ao Deputado para que possa trabalhar em cima disso, e as pessoas que quiserem ter um acesso maior às informações do IBGE, podem entrar no *site* do IBGE, ou na própria biblioteca nossa, porque nós teremos pessoas disponíveis para atendê-los. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Obrigado, Deovaldo.

Quero também registrar as presenças de José Alves Feitosa, Administrador da Regional Leste, Subprefeitura de Cuiabá; Evonia Alves, do Conselho Municipal de Defesa de Pessoas Idosas; Ivonildes Ferreira, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; Lázaro Rodrigues de Souza, representando a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Adelina de Magalhães; Venison Andrade, Presidente do Bairro Alvorada; Ediney Aparecido, Presidente do Bairro Araés; Mizael Galvão, Presidente do Bairro Dr. Fábio; Arnildo Alves, Presidente do Bairro Jardim Paulista; Silvino da Costa, Diretor-Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Mato Grosso; Alceu Celestino, Presidente da Associação de Moradores do Bairro São Francisco; Professora Viviane, do Departamento de Arquitetura da UNEMAT de Barra do Bugres; e Professor Jorge Bezerra, Chefe do Departamento de Arquitetura da UNEMAT de Barra do Bugres.

Com a palavra, ao Sr Rômulo Vandoni, Secretário de Educação de Cuiabá, para nós sabermos como é essa história de habitação em Cuiabá, o crescimento de construção, de políticas habitacionais que existiram, que estão existindo e que se pretende desenvolver.

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Bom-dia a todos!

Eu quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo por esta iniciativa; cumprimento a Mesa, o Sr. Joaquim Curvo, o Wilson, o Deovaldo, os presidentes de bairros, as lideranças que estão presentes aqui, tanta luta nós temos juntos aí, eu estou vendo o Sr. Francisco, a Mirtes, Lizael.

Eu quero cumprimentar aqui o nosso diretor técnico da agência de habitação, Ruy Fernandes que também já participou, trabalhou e participa intensamente no desenvolvimento de política habitacional dentro de Cuiabá, companheiro Xic-Xic.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O Deputado estava falando agora há pouco de ocupações irregulares. Nós temos setenta e sete bairros que são frutos de invasão dentro de Cuiabá, é um crescimento desordenado e esses bairros sem infra-estrutura foram criados da noite para o dia, não por culpa, às vezes, da população que necessitava, mas sim pela ausência de uma política habitacional, mas em outros casos muitos bairros surgiram não por falta de política, mas realmente por exploração daquele conhecido, famoso grileiro.

Há poucos dias, eu e o Ruy estávamos na Conferência das Cidades e eu conversei sobre o grileiro. Eu vou tomar a liberdade para fazer uma comparação aqui, Deputado Sérgio Ricardo. Existe o posseiro, aquela pessoa carente que realmente necessita, e existe o grileiro, que é aquele cara que explora a miséria do povo, e esse nós temos que combater, temos que combater porque é esse que vende. E se existe hoje, dentro de Cuiabá, aproximadamente sete mil famílias morando em áreas de risco, na beira do córrego, é culpa daquele que lá atrás incentivou a invasão e deixou o povo em situação difícil. O Poder Público realmente não tem condições de sozinho controlar isso, vai também um pouco da consciência da população.

A Agência Municipal de Habitação foi criada na segunda gestão do Prefeito Roberto França. Teve lá como primeiro Presidente o amigo Ruy Fernandes, e foi ele, na verdade, que iniciou a Agência Municipal de Habitação em Cuiabá. Já estou à frente dela há dois anos e oito meses. De lá para cá, em parceria com a Caixa Econômica, que eu acho que é uma parceria sadia com os municípios, porque o município é a ponta, é aquele que não tem o recurso e tem a necessidade. Nós construímos dentro de Cuiabá aproximadamente duas mil casas em parceria com a Caixa Econômica, um pouco mais de duas mil casas, atendendo à renda de quatro a seis salários. Agora, com a participação do Governo do Estado, que é aquilo que faltava no ano passado, em Cuiabá, na área de habitação popular, nós estamos conseguindo abaixar a renda - o Sr. Joaquim terá a oportunidade, hoje, de falar sobre isso -, abaixar para as pessoas que ganham até quatro salários mínimos. Nós fizemos já mil e quatrocentas casas. Mil e quatrocentas famílias nós retiramos da margem do córrego. Nós tivemos dois programas: o programa emergencial, que foi aquele da catástrofe da chuva, e nós tivemos, agora, um programa preventivo que são setecentas e cinquenta e cinco moradias que nós estamos entregando dentro de Cuiabá, para pessoas que moram em áreas de risco e que nada tem a ver com as chuvas de abril de 2001. Esse é um programa preventivo, é um outro programa que já estava em curso quando ocorreram as chuvas do mês de abril de 2001.

O programa de Cuiabá é muito grave, Sérgio, e essa discussão é interessante, porque a responsabilidade não é da Caixa Econômica, a responsabilidade não é do Governo do Estado, a responsabilidade de ter uma política habitacional é do município. O que o município não tem... Nós tivemos a COHAB, tem aqui representantes que eram da antiga COHAB, nós tivemos a COHAB por mais de trinta anos. Era o órgão que centralizava a política habitacional de todo o Estado de Mato Grosso. No dia que a COHAB acabou, acabaram-se os municípios, acabou a política habitacional, e ficou esse problema muito sério. Nós trabalhamos, hoje, dentro de Cuiabá com a faixa de vinte a vinte cinco mil moradias de déficit habitacional. O último conjunto construído em Cuiabá pela COHAB foi o CPA-IV, setor 5. Isso já faz treze anos que foi entregue.

Eu acho que numa Capital como Cuiabá, que tem o crescimento que tem, que tem os problemas sociais realmente graves que tem, nós não deveríamos nunca ter permitido que a COHAB fosse fechada, sem que tivesse um outro órgão que preenchesse esse espaço.

Em Cuiabá, por exemplo, antes da Agência, o último conjunto construído de casas foi o ECO Moradia, no Pedra 90, na administração Meirelles, que foram quatrocentas residências construídas lá, e eu e o Rui participamos na época.

Essa ausência do Poder Público na habitação popular causou e vem causando esse transtorno todo. Agora, a Prefeitura plantou uma semente, Sérgio, nós demos início à habitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Temos hoje na fôrma, já indo para a Câmara para a semana que vem, uma legislação de habitação de interesse social, em que além de nós estarmos privilegiando, nós estamos prevendo nessa lei parceria com a iniciativa privada. Por exemplo, às vezes, o município não tem recurso para comprar uma área, ele se associa com a iniciativa privada, com o particular, constrói um bairro, ou um conjunto dentro daquele terreno e paga o proprietário com o imóvel que ele construiu lá dentro. Tendo o proprietário uma fração lá dentro, viabiliza muito a redução dos impostos, como ISS, ITBI. Reduz em 50% a aprovação do projeto para incentivar a iniciativa privada a ir para a habitação popular.

Eu tive, há pouco, uma reunião, em Brasília, Deputado Sérgio Ricardo, com o Ministro Olívio Dutra e com o Presidente da Caixa Econômica Federal. Eu saí de lá muito animado. Conversei com o Prefeito Roberto França e lhe disse: Prefeito, há seis bilhões de reais para serem investidos nas áreas de habitação e de saneamento no ano de 2004. Eu não sei se o Wilson confirma isso, mas isso foi dito pelo Ministro Olívio Dutra. Há seis bilhões de reais para serem gastos nas áreas de saneamento e de habitação no exercício de 2004.

Essa vontade de discutir, realmente, a política de construções de casas, levou à seguinte situação: o maior desafio do Poder Público é construir para quem ganha de zero a três salários. Esse é o maior desafio. Por quê? Porque não se consegue, dentro da política que temos com a Caixa Econômica Federal, fazer sem que haja uma contrapartida maior por parte do Estado ou do Município para que sejam reduzidas as prestações e o custo dessa obra...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Aqui, Sr. Rômulo, em Cuiabá, o déficit habitacional corresponde, realmente, que 83% dos que não têm casa estão nessa faixa de zero a três?

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Corresponde, de zero a três salários.

Agora, com essa participação que eu acho que é fundamental, Deputado Sérgio Ricardo... O que o Governo do Estado vem fazendo, hoje, na política do Estado, em Cuiabá, principalmente... Nós temos dois conjuntos em andamento em Cuiabá. Um, nós já iniciamos, que é o Conjunto Sucuri. São quinhentas e cinquenta e seis casas no total e já iniciamos a construção de duzentas casas. São casas para pessoas que ganham até um salário mínimo. E são casas totalmente doadas. Essa é uma outra forma que temos que discutir, porque é muito relativo. Eu, particularmente, acho que, de um jeito ou de outro, a população tem que pagar por aquele imóvel. Está certo? Eu acho que você falar: Olha, esta casa é sua. É de graça. A pessoa entra nela e não dá valor.

O maior problema que temos é com relação às vendas. Essas mil e quatrocentas casas que entregamos dentro de Cuiabá para pessoas que moram em áreas de risco são permutadas. Ela me dá a casa da beira do córrego e eu dou uma outra casa para ela num lugar escriturado, seguro, com toda infra-estrutura, asfalto, escola, etc. Entregamos a chave da casa, daí a dois, três, quatro dias a casa está vendida. Então, esse é o problema que temos.

Agora, é onde falo que o movimento comunitário, os presidentes de bairros, as lideranças de bairros, se não se aliarem, se não se ajudarem, não resolveremos os problemas de invasão em Cuiabá. A regularização fundiária, vou dar um exemplo aqui para vocês. Estou vendo o Presidente do Quebra Pote aqui, Sr. Francisco, que levou um problema que lá é um loteamento particular e o proprietário vendeu todos os lotes para a população, que não tem condições de regularizar perante a prefeitura e perante o cartório a escritura dos lotes. Nós fizemos uma reunião com o proprietário do lote, do bairro, do loteamento, e falamos o seguinte: Você doa para o município esse terreno que tem e vamos implantar em cima desse terreno o que você já vendeu e já ganhou. Nós temos que implantar o que dentro dele? Nós temos que implantar o loteamento. Nós temos que regularizar a situação deles. Agora, a família que vendeu é culpada? É culpada. Mas não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

podemos deixá-la na situação que estão hoje, morando há vinte anos no bairro sem que tenha a escritura, sem que possa ter uma infra-estrutura, tem só o loteamento irregular.

Bom, eu vou passar a palavra para os companheiros aqui e dizer que estamos à disposição.

Então, gostaria de parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo por essa iniciativa aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Rominho, só me responde o seguinte: hoje, quantas invasões, quantas áreas invadidas, nos últimos meses, temos em Cuiabá?

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Invasões, nós temos diversas.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Mais de vinte, mais de trinta?

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Invasões, nós temos. Agora, o que nós temos... Gostaria de cumprimentar aqui o Valter Arruda, meu companheiro que chegou agora, o Feitosa que também está aqui. Invasões, nós temos muitas. A última invasão que se solidificou dentro de Cuiabá foi o Bairro Renascer, onde estamos chegando e tentando mexer já há algum tempo, para tentar segurar a reintegração de posse daquela área.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Sr. Rômulo Vandoni, eu quero saber se ontem, anteontem, ou na semana passada, aconteceu alguma invasão em Cuiabá. Só para discutirmos essa questão. O senhor tem notícia da última invasão?

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Não, não tenho.

A última invasão que se solidificou...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Foi o Renascer?

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Sim. Que se solidificou.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero registrar a presença do Sr. Valmir, Presidente da UCAM; do Sr. Valter Arruda, Presidente da FEMAB, um dos Subprefeitos de Cuiabá.

É importante, e eu gostaria de chamar para sentar-se à Mesa, o ex-Presidente da COHAB, Sr. Leônidas Clementino.

Eu apresentei aqui na Assembléia Legislativa um projeto de lei, inclusive esta Audiência Pública nasceu devido a ele, que diz nenhum outro Governo do Estado, Sr. Joaquim Curvo, passará pelo Governo do Estado de Mato Grosso sem construir casas populares.

Por exemplo, o Governador Blairo Maggi tem uma política de construção de casas, está construindo, mas anteriormente, na política anterior, não se construiu nos oito anos do Governo anterior. Eu sou jornalista, sou Deputado, e não conheço, não vi, não me lembro, posso estar enganado, mas não me lembro de nenhuma casa ter sido construída. O Blairo Maggi agora vai construir cinco mil, alguma coisa assim neste primeiro ano.

Além de apresentar esse projeto... Esse meu projeto diz que qualquer Governador, assumindo, nos primeiros seis meses de seu primeiro ano de mandato, tem que apresentar aqui na Assembléia um projeto de construção de casas, quantas e onde, mas tem que fazer.

Outra luta que já estou implementando é exatamente a reativação da COHAB no Estado de Mato Grosso, a reativação de um projeto, como o Prefeito instalou em Cuiabá a Secretaria de Habitação. Eu vou, estou trabalhando já, mas vou intensificar o meu trabalho em uma luta para reativação da COHAB ou um órgão, ou uma Secretaria, enfim, que tenha aquela visão que tinha a COHAB, porque foi no seu período de existência que eu vi - estou há 23 anos em Cuiabá - muitas casas, os CPAs I, II, III e IV são da COHAB, surgirem na cidade. Foi com o funcionamento da COHAB que surgiu uma cidade chamada CPA, que tem mais de 150 mil famílias morando, entre CPA I, II, III e IV. Então, vocês imaginam o que isso significa se você tiver uma política de habitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Só citar uma coisa.

É a primeira que nós temos dentro de Cuiabá. A COHAB funcionava da seguinte forma: ela construía a casa e vendia o imóvel, como a Caixa Econômica que constrói uma casa e vende. Mas é a primeira vez, Deputado Sérgio Ricardo, que nós temos em Mato Grosso uma habitação popular conciliada ao trabalho social. Hoje, a agência de Cuiabá - está aqui a Glória Marina, uma das autoras do projeto -, além de estar entregando casa para pessoa carente, está fazendo todo um trabalho de geração de emprego e renda. Nós estamos encaminhando essas pessoas ao trabalho. Nós estamos dando curso profissionalizante para essas pessoas no bairro, para ver se elas se solidificam naquela região, naquela casa. Para que aquela casa não seja apenas um imóvel para ser vendido amanhã e ganhar um dinheiro. Que ali realmente ela recomece a sua vida.

Então, esse trabalho é muito importante e nós temos que começar, porque pelo tempo que nós ficamos sem habitação dentro de Cuiabá, dentro do Estado de Mato Grosso, a cultura de invasão, da pessoa pegar...

Com a falta de emprego que se tem hoje, o que eles fazem? Eles pegam o lote, vendem, põem o dinheiro no bolso e esquecem que amanhã terão o problema novamente de não ter uma moradia, e terão que ir a uma área, como beira de córrego.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero registrar também a presença do professor Adilson, importantíssima a presença dele, que está representando hoje aqui a Escola Técnica Federal de Mato Grosso. A Escola Técnica tem um projeto de casas populares interessantíssimo, pouco divulgado, eu já tive a oportunidade de ver, mas muito pouco divulgado. É um projeto interessante neste contexto todo. Depois eu quero que o professor Adilson faça algumas colocações.

Leônidas, eu queria pedir para você falar um pouquinho, porque você fez parte de um momento que a COHAB existia. Você foi Presidente da COHAB. Então, eu queria que você colocasse o seu parecer nesse processo todo.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Eu quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo por promover este encontro, e os demais membros da Mesa, platéia.

Eu acho que nós devemos discutir o momento atual da habitação. Qual é esse momento atual? Um déficit de seis milhões de produção de moradia, de habitação, e quinze milhões de habitação com deficiência, ou de construção, ou de infra-estrutura. Então, esse é o momento que o Brasil vive. Agora, por que chegou a isso?

Então, eu vou dividir a minha colocação em período da criação do BNH até a sua extinção, e período da extinção, da entrada da Caixa Econômica, até o momento atual.

Qual foi o primeiro conjunto que foi feito em Cuiabá? Foi a COHAB Velha. Essa COHAB, quem foram as pessoas que ocuparam? Foram justamente as pessoas da periferia. Quando se construiu o conjunto da COHAB ninguém queria. Quem foi para lá? Foi a população pobre, a população de baixa renda. Depois, com o problema do Grande Terceiro, das enchentes, o Governador José Fragelli resolveu transferir esse pessoal para o Novo Terceiro. Onde que o Governo foi conseguir recurso? Foi justamente no BNH, através da COHAB, tendo como agente financeiro, o saudoso Banco do Estado de Mato Grosso.

Depois desse segundo conjunto, nós tivemos no Governo Garcia Neto o início da COHAB Nova e do CPA I. Quem foram as pessoas beneficiadas? Foi justamente o pessoal da periferia, o pessoal que veio para Cuiabá de outros municípios. Nessa época, foi criada a Universidade Federal. Com isso houve um êxodo do interior para Cuiabá. Onde as pessoas faziam as suas solicitações? Justamente na COHAB.

Depois do Governo Garcia Neto, veio o Governo Frederico Campos, e esse Governo construiu onze mil unidades, inclusive o CPA II, o Tijucal e mais outros conjuntos. Então,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

eu pergunto: quem foram as pessoas beneficiadas? Foi o pessoal da periferia, o pessoal do interior, funcionário público.

Depois do Governo Frederico Campos, veio quem? Júlio Campos. Foram construídas mais 12 mil unidades, concluiu o CPA III, iniciou o CPA IV e vários conjuntos por aí. Quem foram as pessoas beneficiadas? Foi justamente a população de baixa renda, o pessoal da periferia, o pessoal do interior. Onde foi o primeiro encontro desse pessoal? Era na COHAB. Com a extinção do BNH, já no Governo do Carlos Bezerra e no Governo José Sarney, extinguiu o BNH. O que aconteceu? Era um banco social, não visava lucro. Era um banco constituído por cientistas de habitação, pessoas que tinham PhD, pós-graduação, toda uma dedicação, acabou-se com esse banco, passou todo esse espólio para a Caixa Econômica. Ora, a Caixa Econômica é um banco que visa ao lucro financeiro, eu nunca vi financeiro com social dar lucro. Vocês já viram isso? Não dá.

Então, a partir desse ponto iniciou a distância da população de baixa renda. Todas as medidas tomadas no Governo Collor foram no sentido de isolar justamente as COHABs, os municípios que tinham esse contato com essa população. Daí essas invasões constantes, devido à ausência, como muito bem disse aqui o Vandoni, ausência do Poder Público. Por quê? Porque o Governo não tem nenhuma política de habitação e priorizou a parceria com o empresariado. Ora, empresariado não vai procurar pobre, pobre não dá lucro. Vai procurar uma classe de três salários para frente e ficou esse pessoal da linha da pobreza de dois a três salários sem habitação. Então, qual foi a opção desse pessoal? Foi justamente invadir área. Daí a grande quantidade de lotes em Cuiabá. Foi justamente a ausência do Poder Público.

Para vocês terem uma noção, antigamente, quando você fazia um projeto, para dar entrada no BNH, você tinha lá uns 30 itens. Eu me recordo, na época, eu fui consultor, fiz muitos projetos, nós apresentávamos, tinha tudo no roteiro, de um a trinta, lá tinha o último item, se cumpria lá o mapa da área, projeto executivo, tinha um outro item lá que dizia assim: “A critério da gerência novos projetos, novas exigências poderão ser solicitadas.” Então, você tinha uma seqüência. Isso tudo acabou! Isso acabou, não é culpa da Caixa, nem do funcionário, é a ausência da política. Além desses 30 itens, exigia-se o quê? Exigiam-se o fundo de garantia e o INSS, era só. No Governo de Collor de Melo, chegou-se ao absurdo de exigir além disso aí, a tal da contaminação, por exemplo, Prefeitura de Cuiabá poderia estar em dia com FGTS e INSS, mas se a SANECAP que não tinha nada a ver com o processo estivesse inadimplente, prejudicava a liberação, prejudicava toda uma seqüência de trabalho.

Então, o distanciamento da grande massa da população de baixa iniciou-se justamente com a extinção do órgão, daí para cá novas medidas foram anunciadas no Governo do Collor, depois veio os 08 anos do Governo Fernando Henrique, o FMI exigindo cada vez mais e encurtando os recursos para habitação. Então, isso foi a causa de tudo isso.

Eu venho acompanhando todo esse processo desde essa época. Eu não acredito que a solução do déficit habitacional do Brasil seja uma definição do Presidente da República, um bater na mesa, tem que ter vontade política, se não tiver vontade política não resolve. Por que tem que ter a vontade política? Para evitar que o FMI, para evitar que o Ministro da Economia interfira, então, o Presidente tem que passar o trator por cima de todo mundo que prejudica esse objetivo, essa meta. Por exemplo, nós temos necessidade de seis mil habitações, digamos que ele fala: eu vou fazer um programa para três mil, programado, com meta. Agora, só o Governo é impotente para resolver essa situação de habitação. Se a sociedade não arregañar as mangas, não resolve o problema, é conversa fiada. Vão aparecer programas, não resolve, porque é muito grande, só o Governo é impotente, o Governo é impotente para resolver isso. Se a sociedade não participar... Então, eu defendo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Se o Presidente da República que é o nosso comandante maior, tem uma vontade política para definir um número “x” de habitação, como fez o Governador Blairo Maggi, que vai fazer vinte mil, decidiu, acabou, soca o pau e... Se ele não fizer isso aí, não se resolve o problema de habitação.

Segundo, já tem o Ministério das Cidades, FGTS tem que ter retorno. Então, não é recurso para pobre, não é recurso para a faixa de zero a dois salários, porque esse pessoal não tem condições de pagar. Então, tem que ser com recursos de dotação orçamentária, de emendas.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Até porque o grande déficit está naquele que não pode pagar.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Está lá no de zero a três, não é Leônidas?

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Nós vamos chegar lá.

Então, o que o Presidente da República, nosso comandante maior, que é quem define lá, tem que definir. “Bom, eu vou acabar o déficit na baixa renda, de zero a três salários”.

Definindo isso, tem o Ministério das Cidades, tem os agentes promotores. O que é agente promotor? Agente promotor é aquele que faz, no caso, por exemplo, da Caixa Econômica, que faz a liberação de recursos, que fiscaliza, analisa os projetos. Agente financeiro é o agente promotor, no caso, é a prefeitura. Então, eu defendo aí nesse aspecto que o Governo libere também a parte do agente financeiro, tem que entrar mais bancos que queiram investir em habitação, participar disso e não ficar só com a Caixa Econômica. Tem município que tem Caixa Econômica e tem município que não tem. Então, liberar isso aí para os bancos privados, tem que liberar, não pode ser monopólio. Feito isso, como a sociedade vai acompanhar o desenvolvimento desse projeto? Criar os conselhos de habitação, onde a sociedade organizada estará presente. Estará presente o CREA, a Maçonaria, o Ministério Público, tanto estadual como federal, o Prefeito e o Governador. Esse é o órgão que vai fiscalizar. O que é que está acontecendo, que projeto tal está com problema? Ah, a Prefeitura está com o seu Fundo de Garantia... E daí, Prefeito, como é que fica? Ah, eu não tenho condições. Tem que ter uma solução, não pode simplesmente ficar lá à disposição do Estado tal, do Município tal sem ser autorizado. Então, é isso que o Governo tem que fazer. Bater na mesa e definir tantas mil unidades e fim de papo e cobrar, e a sociedade organizada fiscalizar. Qual é o problema da obra, se está parado, se é o problema do agente financeiro, se é o problema do agente promotor, enfim, e se tiver, qual é a solução. Não pode ficar parado à disposição de burocratas.

Então, mais uma vez, eu não acredito em programas de habitação sem que o Governo Federal, que tem o recurso, defina se tem prioridade e a sociedade acompanhe. Sem esse acompanhamento, não resolve o problema. Não adianta vir aqui. Eu venho acompanhando. No Governo Fernando Henrique, a Caixa Econômica lançou vários programas, mas não atingiu o pobre. Por que não atingiu os pobres? Essa faixa de zero a dois salários não tem condições. E qual é a fonte de recurso? FGTS. O FGTS deveria ser usado para faixa de três para cima e os governos municipal e estadual subsidiarem terrenos. Mas sem que isso aí seja uma meta principal da administração, a meta principal da administração é zerar esse déficit de zero a dois, mesmo porque até a habitação, hoje, é direito do cidadão. Na convenção de Istambul da ONU, ficou definido que o cidadão tem o direito. E esse direito deveria ser ampliado.

Eu, por exemplo, digamos que eu more no município “A”. Tenho lá minha família com dois filhos, e não tenho uma habitação. O que deveria acontecer? Eu iria ao Ministério Público, representaria contra o Prefeito, contra quem fosse a autoridade, o Ministério Público pegaria aquilo lá, analisaria e interporia uma ação, no prazo, para que aquela autoridade responsável pela habitação providenciasse isso. É disso que precisamos. Mas, infelizmente, a nossa legislação ainda não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

avançou. Só está em nível de ONU que o cidadão tem direito a habitação. Então isso precisa avançar mais.

Outra coisa que eu vejo aqui para Cuiabá: eu acho que Cuiabá tem que resolver dois problemas sérios, que é a produção de habitação - tem-se aí mais ou menos em torno de umas quarenta mil unidades que tem de ser construídas, pelo menos nas pesquisas que nós temos feito, se não tem assim um cadastro - e a melhoria de trinta e cinco mil casas, que estão com defeito de infraestrutura. Então, resolvendo isso aí, está resolvido.

Agora, para tudo isso aí tem que ter vontade política. Vontade política. Se o Presidente quer, se o Governador quer resolver, se Blairo Maggi disser “eu vou fazer vinte mil casas”, acabou, está fazendo. E é assim que tem que ser o Governo Federal. Não adianta ficar lançando programas de financiamento. Essa faixa de zero a dois não tem condições, não tem condições de pagar a prestação.

Então, é definição de uma política de habitação. O que precisa é definir uma política de habitação e a sociedade acompanhar.

Os recursos do Governo, por isso é que ele tem de ter determinação. Pode vir tempestade, pode vir qualquer coisa que vão ter os recursos. O agente promotor pode ser o Estado, o município e também flexibilizar isso. De repente, se o Estado estiver sem fundo de garantia, tem que pegar outro. Quem definiria isso? Esse Conselho de Habitação, em última instância.

O que não pode acontecer é que muitas vezes firma-se convênio, e o município perde porque ele fica em situação de inadimplência. Tem que resolver isso. Resolvendo isso aí, ótimo, excelente, parabéns, porque nós vamos atingir isso! Agora, enquanto ficar nisso aí... O problema todo chama-se recurso, recurso. Não tem! Não tem para a habitação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Informo ao Sr. Leônidas que dispõe de um minuto para fazer sua conclusão.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Então, é isso aí, obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Pelo que o Sr. Leônidas disse - agora nós vamos ouvir o representante da Caixa Econômica Federal -, a questão fica realmente, e pelas informações que nós temos, em cima dessa questão de que 83% do déficit habitacional estão na classe dos que ganham de zero a três salários. Ou seja, que ganham nada, porque tem o que não ganha nada, o de zero. Então, tem que haver programas para dar casa. O que nós vemos hoje - há um mês eu estou estudando as informações para esta Audiência Pública, e daqui a pouco o Secretário Joaquim Curvo falará - é que quem retomou, Sr. Leônidas, essa questão que o recurso cobre, foi o Governo do Estado, através do FETHAB, porque o FETHAB é o imposto cobrado para ser aplicado em estradas e em habitação. Isso está acontecendo.

Como o Sr. Joaquim Curvo falará sobre isso, nós vamos abrir a palavra. Quem quiser falar e que não se inscreveu, peça à assessoria colocar o nome no cartão. A funcionária já passou e várias pessoas já se inscreveram. Quem não se inscreveu e quer falar, basta solicitar a essas moças que o inscreva.

Eu quero, então, ao representante da Caixa Econômica Federal, que tem sido uma parceira do Governo do Estado e dos Municípios nessa questão da casa própria, como jornalista, perguntar o seguinte: até onde a Caixa Econômica Federal consegue chegar com relação ao pobre? Vamos tratar isso de uma forma bem simplista, para não falarmos em faixas salariais, daquele pobre que ganha um salário mínimo, dois salários mínimos, que tem que ter dinheiro para pôr comida na mesa, para pagar o transporte. Então, eu queria saber como hoje isso é trabalhado; quais políticas existem hoje, exatamente, para resolver o problema de habitação desse cidadão que não tem, de repente, como pagar uma prestação, ou não pode pagar uma prestação alta.

Eu passo a palavra ao nosso amigo Wilson Fernando Vargas de Andrade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Sr. Deputado Sérgio Ricardo, em nome de quem cumprimento a Mesa aqui constituída; senhoras e senhores.

Eu vou responder diretamente a pergunta que o Deputado fez.

Antes, é bom fazer alguns esclarecimentos, porque esta é uma Audiência que está debatendo a construção de uma política habitacional para o Estado e nós temos que deixar claras muitas dúvidas que surgem no percurso.

O Sr. Leônidas fez uma retrospectiva das políticas habitacionais do passado, com muita precisão, pontuando especificamente o caso de Mato Grosso, as ações dos governantes passados. Nós temos que considerar que a economia formal, o financiamento formal da produção de habitação não consegue responder nem por trinta por cento do que se constrói em âmbito nacional.

Então, a economia informal, quer dizer, aquele pobre que vai lá, que compra o seu tijolo, o seu cimento, que junto com o amigo, com o vizinho, constrói a casa dele, isso não está dentro da economia formal de financiamento. Quer dizer, o sistema constituído, o Brasil, o País, os Estados, os Municípios, todo ele constituído, responde em torno de trinta por cento da produção de habitação.

Foi dito pelo Sr. Leônidas que a Caixa Econômica concentra isso. A Caixa Econômica não concentra isso por vontade própria. A Caixa Econômica concentra os financiamentos habitacionais porque o mercado rejeita esse tipo de operação de crédito. Os bancos privados não aplicam recursos do FGTS para construção de casas populares. Por que isso? Porque esse tem um custo muito grande para a instituição, e trabalhar com popular, a rentabilidade é muito baixa. A remuneração do Banco é muito baixa. Mas o sistema não é fechado, é aberto. Qualquer instituição financeira, credenciada para operar com o sistema financeiro de habitação, pode buscar recurso do FGTS.

A União criou PSH, que é o Programa de Subsídio, que conjuga financiamento do FGTS com subsídio da União, recurso do Orçamento da União. Esse subsídio é colocado no mercado por leilão. Então, é feito o leilão, o dinheiro é da União, coloca-se à disposição dos Bancos. Em todo os leilões que ocorreram, nesse último agora que houve a participação da nossa Caixa, Banco do Estado de São Paulo e a Caixa Econômica que sempre adquiriu direito de aplicar esse recurso. Então, a própria estrutura financeira do país não participa da produção habitacional. Então, a Caixa Econômica fica responsável por todo financiamento concedido às populações que buscam a Caixa para esse fim.

Eu estava falando aqui com o Joaquim Curvo, não sei exatamente, mas pelos dados que o Sr. Leônidas passou, acredito que a COHAB deve ter acumulado na sua existência algo em torno de trinta mil, um pouco mais, de créditos habitacionais. Certo? Quando a COHAB foi extinta, a Caixa Econômica comprou parte desses créditos e, naquela época, dois, três anos atrás, ela comprou vinte e poucos mil créditos.

Nós temos um dado também que, de 95 para cá, só a Caixa Econômica aqui do Estado já gerou um estoque de contrato do tamanho da COHAB, nos anos 70, como foi relatado aqui. Quer dizer, o financiamento habitacional está muito dinâmico, está acontecendo sistematicamente. Só neste ano em material de construção devemos ter feito aqui no Estado mais de 5 mil contratos habitacionais. Então, a Caixa tem atuado fortemente...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Sr. Wilson, como jornalista, vou pedir para o senhor, se puder, traduzir, simplificar um pouquinho mais, até para que se possa entender o trabalho da Caixa Econômica.

Quando você fala contratos de material, quer dizer, a Caixa emprestou dinheiro para 20 mil pessoas comprar material de construção. Que valor foi isso? Como essa pessoa pode

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

pagar? Em quantos meses pode pagar? Só para termos a idéia de como e até onde a Caixa consegue atingir essas pessoas carentes, as pessoas que precisam.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Fazendo uma correção, então, não foi só material, eu destaquei material por ser uma operação que eu vou falar um pouquinho mais na frente sobre a sua importância.

Mas quanto a financiamento na Caixa, o que estou falando é financiamento de balcão, não de financiamento de construtora, de conjunto, nada disso, mas do cidadão que vai à Caixa Econômica e financia 12, 15, 08, 05 mil reais, enfim, o que ele precisa para construir a sua casa.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quantos contratos? Vinte mil pessoas fizeram esses empréstimo este ano?

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Não. Nós temos um estoque de contrato na ordem de 30 mil, de 1995 para cá. Esse é de material de construção. Material de construção é uma operação em que financiamos até 07 mil reais, a taxa de juros é de 6%, a menor taxa de mercado para financiamento habitacional, essa taxa é para quem ganha até mil reais e o financiamento máximo é até 07 mil reais. Então, é um financiamento baixo, uma prestação baixa e ele pode pagar isso em até 92 meses.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Então, um dos programas, e eu vou enumerando isso, porque esta é uma audiência de informação e talvez muita gente aqui não saiba. Então, um dos programas que a Caixa Econômica tem é, se o cidadão quiser emprestar até 07 mil reais para construir ou reformar, a Caixa tem e exige o regimento que a pessoa comprove uma renda mensal de mil reais, renda familiar de mil reais. É isso?

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Não. Não precisa ser tudo isso, não. Até mil reais, paga-se 6% de juros. Mas a família que ganha... Na verdade, o financiamento é calculado em função da renda. Quem ganha um, dois salários mínimo pode ir à Caixa pegar o recurso que ele pode pagar com esse salário que ele ganha. Até mil reais é para pagar 6% de juros ao ano, exatamente o juro de poupança.

Eu estou falando isso para mostrar o quanto a Caixa tem ocupado esse espaço isoladamente, não porque ela quer ser sozinha, não. É porque o mercado realmente rejeita os financiamentos populares. Ele deixa essa responsabilidade para o Poder Público, porque a Caixa é um Banco público que responde por habitação neste País.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Alguns bancos já estão financiamento para funcionários da Prefeitura. O BRADESCO, por exemplo, já está concedendo isso. Isso é muito bom. Aumenta mais a quantidade de recursos, a distribuição desses materiais.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Eu estou fazendo referência ... O mercado é aberto aos bancos e a Caixa tem respondido ativamente para isso. Agora, nós temos vários programas que atuam neste sentido. Nós temos programas que financiam diretamente a Prefeituras, que financiam o cidadão, diretamente, no caso o PAR, que financia a própria Caixa, que é dono dos empreendimentos. Então, para atender o cidadão de menor poder aquisitivo, passa exatamente pela questão da renda, da capacidade do cidadão tomar financiamento.

A Caixa não é uma instituição que gera receita, gera dinheiro. Ela pega dinheiro do FGTS e aplica no mercado. Recebe da habitação e retorna para o FGTS. E esse é um ponto interessante que foi a causa da quebra das COHABs. Exatamente esse é o ponto, porque a COHAB não gerava dinheiro também, não imprimia moeda. Ela pegava dinheiro da Caixa, do BNH, porque a Caixa assumiu o BNH, fazia o mesmo papel. Pegava o dinheiro na Caixa Econômica. Fazia o conjunto e o cidadão tinha que pagar para a COHAB, para a COHAB poder pagar para a Caixa, para a Caixa poder voltar o dinheiro para o FGTS.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Ela era o intermediário?

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - A COHAB era somente um agente promotor e agente financeiro. Então, a Caixa Econômica emprestava o dinheiro para a COHAB, que emprestava para o cidadão. Como o cidadão não pagou - muitos não pagaram essas prestações - isso criou um rombo que ficou na responsabilidade do Estado. E nós temos que ter cuidado com isso, quer dizer, quando criar uma instituição para administrar recursos, tem que ter a preocupação com isso, porque senão reflete para a própria sociedade o pagamento dessa dívida. Quer dizer, tem que resolver o problema de habitação e cria um problema econômico muito grande.

Então, a COHAB foi extinta no momento em que a grande maioria das COHABs - não falo de Mato Grosso, falo do contexto nacional - devíamos ter uma quantia muito grande. Essa dívida das COHABs, a dívida das próprias empresas com as prefeituras concorreu ao recurso do FGTS no início dos anos 90. E no início dos anos 90 o FGTS não tinha dinheiro para emprestar, tinha um monte de crédito para receber e ainda o Governo Collor favoreceu com grandes financiamentos naquela ocasião o Projeto PAI, que só aqui em Cuiabá e Várzea Grande tiveram a concentração desse financiamento na ordem de cinco, seis mil unidades habitacionais, que foi produzido em dois anos de Governo Collor. Então, isso acabou com o recurso do FGTS. A estruturação do FGTS se deu a partir de 1995, onde foi cobrado das empresas, foram equacionados esses contratos de financiamentos que se devia para o FGTS. E a Caixa Econômica foi obrigada a negociar com as COHABs, comprar os créditos, fazer os acordos, enfim, para resolver a questão do FGTS. E, hoje, o FGTS é um sistema sadio, é um sistema que tem recurso, todos os nossos trinta mil contratos de referência aqui praticamente são financiados com recursos do FGTS.

Então, o que eu acho que nós temos que amadurecer, e eu acho que Mato Grosso saiu na frente com relação a isso, é quando o próprio Estado compreende que ele tem que participar do processo e ele soma com o recurso, aquele recurso oneroso, que é o FGTS.

O Governo Federal patrocina o PAR, que é o Programa de Arrendamento Residencial concentrado na cidade, nas Capitais e nas regiões metropolitanas, que depois foi ampliado para cidade acima de 100 mil habitantes. Então, o Governo Federal subsidia os imóveis do PAR, que se for traduzido em juro, significa uma taxa de 2% de juro ao ano que a pessoa paga para ter uma unidade financiada do PAR. Então, não tem o que discutir, realmente, o Poder público tem que estar atento a isso. O Banco, como eu falei, consegue responder por 30% da demanda. Quer dizer, tem 70% acontecendo fora do sistema financeiro. Quer dizer, as pessoas se virando, essa é a palavra correta. E eu acho que a política passa por um ordenamento disso. Não entendo que tenha que, exatamente, construir empresas, órgãos, para poder fazer isso. Mas, não! Ordenar! Quer dizer, como trazer para o mercado uma economia formal, uma produção formal de habitação para toda essa economia que dá nas periferias, construindo casas sem o controle da prefeitura, sem a aprovação de projeto na prefeitura. Quer dizer, a prefeitura é ausente do processo também.

Agora, atender a população de baixa renda, nós temos uma experiência, que é o repasse dos benefícios sociais. A Caixa Econômica trabalha diariamente com aquelas pessoas que ganham até R\$90,00 per capita, que é o foco dos programas sociais. Quer dizer, o dado nós temos, o cliente nós temos diariamente, conhece a Caixa, é cliente da Caixa e sabe operar junto à Caixa Econômica. O que nós temos que ter, de fato, é o recurso, o recurso que nós temos, nós conseguimos chegar até lá. A parceria que o Sr. Romel se referiu da Caixa com o Estado, para que foi? Para poder o Estado intervir nos financiamentos, baixar a parte que serve ao mutuário e ele poder pagar uma prestação menor.

Agora, isso tem que ser colocado como uma ação mais, quer dizer, o Estado participa, o Município participa, o Governo federal participa e o mercado financeiro participa, é um conjunto de recursos que nós, talvez, possamos ampliar o atendimento a população.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Eu fiz um dado aqui, só para nós termos uma idéia, em cima do déficit que o Deputado colocou no início da reunião, de seis milhões de habitação. Se nós formos multiplicar isso por dez mil que é o custo médio das unidades que estão sendo produzidas hoje, considerando a infra-estrutura, asfalto, como o FETHAB está fazendo, nós vamos precisar de sessenta bilhões para resolver esse problema de imediato, quer dizer, é um dinheiro significativo, eu não compreendo se nós temos condições, a União, juntar tudo e resolver isso num curto prazo.

Então, a sistematização do investimento é necessária. Nós não podemos fazer um investimento num ano, passar 10 anos sem fazer e voltar, passa 10 anos e depois volta. Então, têm que ser sistematizados esses investimentos. Se nós continuarmos nesse ritmo que estamos desde 95, a Caixa Econômica vem atuando sistematicamente nos financiamentos, ela só deixou de financiar Prefeitura e Estado, porque existiu um acordo com o FMI que limitou indevidamente o público. Aí entrou saneamento, habitação, nessa limitação da dívida pública, foi aí então que a Caixa Econômica deixou de financiar Prefeitura, deixou de financiar o Estado, porque existia esse acordo com o FMI.

O Governo atual, o Governo Lula, está trabalhando, lutando, para que tire desse endividamento os financiamentos para a infra-estrutura e para a habitação para, justamente, o Estado e Município poderem tomar dinheiro conosco e podermos resolver essa questão.

Só este ano, em Mato Grosso, nós deixamos de aplicar recurso do FTE na ordem de 40 milhões de reais, justamente, por conta disso, porque o limite é pequeno, é duzentos milhões de reais para o Brasil e os Estados e Municípios já estão com ele comprometido.

Então, se isso não for modificado, esse dinheiro do FGTS não vai poder ser aplicado e nós vamos acumulando déficit, vamos acumulando problema de saneamento no Brasil.

Esses são os esclarecimentos, nós continuamos debatendo, respondendo questões que foram *sui generis* para não delongar muito e quero agradecer a nossa participação nesta Audiência Pública.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O que nós percebemos é que, hoje, só a Caixa Econômica está nesse setor, se aproximando da população de baixa renda, porque esses bancos que você citou, Leônidas, eles financiam, na verdade, o povo que pode, aquele povo que não precisaria da Caixa Econômica. Mas o que realmente se necessita é de dinheiro.

Daqui a pouco eu quero que o Joaquim faça a fala dele, porque aqui no Estado está se utilizando o dinheiro do FETHAB para construir casa para essa população de baixa renda.

Quero registrar a presença da Maria do Socorro, Presidente do Bairro Lagoa Azul, e da Mirtes, Presidente da Associação do Bairro Jardim Passaredo.

O professor Adilson está aqui na platéia. Antes de passar a palavra ao Joaquim Curvo, vou conceder a palavra ao professor Adilson, que representa a Escola Técnica. Ele vai falar de um projeto que interessa para os presidentes de bairros, para todo mundo, para o Governo do Estado, município, esse projeto técnico que a Escola Técnica desenvolve com relação à moradia popular.

Com a palavra, o Professor Adilson.

O SR. ADILSON - Bom-dia!

Cumprimento a Mesa pela brilhante iniciativa, o Deputado Sérgio Ricardo, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu estou aqui representando o professor Henrique do Carmo Barros, que é o nosso diretor do CEFET de Mato Grosso. Para quem não conhece, o CEFET é Centro Federal de Formação Tecnológica, a antiga Escola Técnica Federal do Estado de Mato Grosso. Nós tivemos a felicidade de transformar o nosso Centro Federal de Formação Tecnológica, neste Governo. É um trabalho árduo de toda nossa equipe, do corpo docente da Escola Técnica que há mais de 5 anos tem batalhado para isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O que temos a oferecer para esta plenária é que o Centro Federal de Formação Tecnológica, através dos seus professores, principalmente, o professor Wilson Poncianni, desenvolveu um projeto de baixo custo para construção de casas populares com materiais reciclados, principalmente o solo cimento. O solo cimento, para quem não sabe, é uma mistura de areia, argila e uma pequena quantidade de cimento, cujo material é colhido no local da construção, isto é, custo zero, desenvolvido nos nossos laboratórios a mistura ideal para se obter uma massa compacta para fazer essa execução.

Esse trabalho o CEFET oferece gratuitamente. A nossa equipe vai ao local, colhe o material, faz a pesquisa, desenvolve esse trabalho e oferece a comunidade. Oferecemos também os projetos técnicos detalhados, modificados, a fiscalização, a orientação da construção e, principalmente, formamos a mão-de-obra especializada para que repasse à comunidade esse tipo de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Professor Adilson, se um presidente de bairro, o Emídio, lá do Novo Paraíso, digamos que ele quer desenvolver, levar lá para a comunidade dele um grupo técnico lá do CEFET, ele reúne a comunidade, explica, conta tudo, faz uma palestra. É mais ou menos assim?

O SR. ADILSON - Exatamente, não só fazemos a palestra, como nós também formamos a mão-de-obra para que repasse àquela comunidade, os interessados nessa mão-de-obra. Para Vossa Excelência ter uma idéia, na cidade de Itiquira, o Juiz de Direito daquela Comarca adotou como pena alternativa dos presos ou sentenciados com pena de pequeno potencial, a elaboração desse trabalho. Ou seja, os presos pagam sua pena fazendo tijolos e materiais com solo cimento. Aqueles que não têm condições de fazer esse tipo de trabalho, ou seja, que têm um potencial financeiro maior, pagam o cimento. E os que não têm condições, desenvolvem esse trabalho. Esse trabalho está sendo desenvolvido também como entidade não governamental, chama-se Itiqui Unida lá na cidade. É muito interessante isso porque nós já tivemos muito êxito ao construir várias casas populares a custo baratíssimo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quanto mais ou menos o senhor já tem.

O SR. ADILSON - Foi feito mais ou menos doze casas, um custo quase zero...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Tem uma casa aqui em Cuiabá, se não me engano, eu lembro que a Escola Técnica construiu uma casa em algum lugar para demonstrar aqui em Cuiabá. Teve isso?

O SR. ADILSON - O professor Malheiros, que é da área também está ali...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu lembro, se não me engano, professor, foi construída uma casa demonstrativa para quem quisesse conhecer. Mas existe, quem quiser, lá na Escola Técnica...

O SR. ADILSON - Nós temos lá para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Tem esse material lá, dá para ver tudo?

O SR. ADILSON - Para Vossa Excelência ter uma idéia, eu estou aqui, hoje, em nome do professor Henrique, que chegou de madrugada de Brasília. Ontem, ele deu uma entrevista na *Voz do Brasil*, apresentando o projeto para o MEC e hoje o professor Wilson Consiane também estará falando na *Voz do Brasil*, sobre esse Projeto que o Ministério da Educação já adotou e vai passar para o Ministério das Cidades para desenvolver isso em nível nacional e nós também do CEFET, estamos desenvolvendo, através de parceria, com o próprio Governo do Estado, em quatro CENFORs. O Estado de Mato Grosso, a partir desse ano tem quatro Escolas de Formação Profissional, em Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop e Alta Floresta, e para o ano que vem Pontes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

de Lacerda, Diamantino e Tangará da Serra. Essas sete escolas têm convênio com o CEFET, e nós estamos capacitando profissionais dessa área de construção civil nestas cidades que serão as repassadoras. E, aqui em Cuiabá, o importante é que o CEFET está à disposição de toda a comunidade, porque aqui nós temos a facilidade de deslocar os nossos alunos para essas áreas de trabalho. E os nossos alunos não só desenvolvem o trabalho junto com a comunidade em projetos de mutirão, como também orienta, faz os projetos, fiscaliza a execução da obra e dá condições técnicas para as pessoas de baixa renda ou quase sem renda nenhuma, construir essas casas tecnicamente de modo que possam habitá-las sem risco de vida, sem risco de a casa cair, sem risco de ter uma construção muito mal elaborada.

Temos, também, lá no nosso CEFET, a nossa Fundação - está aqui a professora Rita, representante e Vice-Presidente da Fundação. A FUNDETEC é uma fundação que também em parceria com a Escola Técnica nos dá subsídios para fazer esses contratos, esses convênios de uma maneira menos burocrática. E o nosso CEFET está à disposição de todo esse seu projeto, do projeto que o Governo está desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Professor Adilson, muito obrigado pela sua participação.

O SR. ADILSON - Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A última fala aqui da Mesa será a do Sr. Joaquim Curvo, que representa o Governador Blairo Maggi, o Governo do Estado. Ele vai fazer uma exposição, portanto eu gostaria de pedir que desfizéssemos temporariamente a mesa. Nós vamos sentar ali, para que ele possa fazer uma exposição, e, imediatamente, nós vamos abrir a palavra para todos aqui fazerem perguntas, fazerem suas exposições.

O SR. JOAQUIM CURVO - Antes que seja iniciada a projeção, eu gostaria de também já entrar no debate e de fazer alguns esclarecimentos.

Primeiro, sobre a última fala do professor aqui do CEFET. Desse programa de solo e cimento, o Governo já também é parceiro lá em Itiquira para a construção de vinte casas com a ONG Itiqui Unida. E eles já estão em processo de execução de mais de vinte casas com esse sistema que está sendo conduzido em parceria, também, com o CEFET. Seria um programa excelente se Cuiabá tivesse o solo de Itiquira. O grande limitador - eu já discuto há mais de vinte anos o solo de cimento no Estado de Mato Grosso - é a questão do solo ideal para se fazer esse tipo de construção. Em Cuiabá, onde o filito aflora e que temos grande quantidade não é recomendado para esse tipo de construção. Portanto, em Cuiabá, está inviabilizado na maioria dos bairros.

Eu gostaria, também, de ressaltar o que o Sr. Wilson e o que o Sr. Leônidas falaram sobre o número de casas construídas que até hoje foram feitas pela COHAB, por outros segmentos de Governo, que gira em torno de trinta mil. E a proposta do Governador Blairo Maggi, a princípio de um arrojo muito grande, não existia nenhuma estrutura de Estado para que fossem feitas essas casas.

Então, foi um grande desafio que começamos a implementar neste ano. Mas não existia nada. O que havia, anteriormente, de COHAB, na própria Secretaria de Transportes é que ela ficou responsável, através do FETHAB, pela construção de rodovia e de habitações populares. Só que isso não foi feito. Essa etapa foi queimada, das habitações, e ficou, praticamente, no transporte. E nós estamos vendo que não foi feito quase nada nessa área.

Então, na habitação não foi feita. Foi desmobilizada toda estrutura. O Departamento de Obras Públicas, que era o DOP, onde existiam os engenheiros civis, que são responsáveis pela construção de habitações e obras públicas, foi pulverizado na administração pública. E esses engenheiros foram para a Secretaria de Saúde, para a Secretaria de Segurança Pública e para a Secretaria de Educação. Então, na Secretaria responsável ficaram dois ou três

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

engenheiros remanescentes do antigo DOP. E foi para lá que fui indicado para trabalhar, juntamente com o Secretário Pagot, nessa meta do Governo Blairo Maggi de construir vinte mil casas. E eu, a partir de janeiro, comecei a estruturar, e hoje já posso contar com quinze engenheiros, arquitetos, engenheiros eletricitas, administrando essa quantidade de casas que já começamos a construir.

Então, portanto, foi criada a Secretaria Adjunta de Habitação e Obras Públicas dentro da Secretaria de Estado de Transportes, que foi denominada SAHOP, que está sendo responsável pela construção das casas dentro de um programa que se denominou Meu Lar.

O Programa Meu Lar, então, era só para construir as casas com recursos do FETHAB inicialmente. Então, nós também tínhamos essa determinação e era somente um programa. Isso nós chamamos de FETHAB e que aí vocês verão que originou uma certa dúvida com o fundo, mas que estamos procurando sempre dar uma determinação.

Então, o Programa Meu Lar é contexto de outros programas.

Então, o FETHAB é constituído de mais ... São cinco o total de programas do Programa Meu Lar. Tem o subprograma integrado, tem o subprograma FETHAB, que é aí que dá a confusão que é um outro programa, mas é um subprograma do programa. E esse subprograma é em parceria com as prefeituras, na qual as prefeituras têm que participar do programa FETHAB, porque é uma parceria. Depois, quando iniciamos e os prefeitos vinham do interior, normalmente, daquela região do Baixo Araguaia, todos falavam que tinham muitas casas que eram feitas de costaneira, de madeira, de pau a pique, de barrotes, e que eles queriam modernizar aquelas casas que estavam dentro da área central e que não tinham recursos para fazer isso e que FETHAB... Nós exigíamos que fossem construídas como conjuntos habitacionais, no qual é feita toda infra-estrutura.

O conjunto FETHAB, então Programa FETHAB, tem que ser construído no mínimo cinquenta casas e tem que ... O programa FETHAB é constituído de parceria e a parceria é para a construção de no mínimo cinquenta casas, com toda infra-estrutura na qual o Governo entra com R\$7.500,00 para a construção das casas, a prefeitura entra com o terreno a luz, a água e o Governo do Estado entra com mais R\$2.500,00 para a pavimentação desse local. Então, nós temos luz, água, iluminação pública e também pavimentação e esgoto. Em algumas cidades o tratamento é feito por um sistema de coleta e tratamento do esgoto antes de ir para os córregos.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quer dizer, o Governo entra com R\$7.500,00, mais R\$2.500,00 e essa casa é doada para o cidadão? Como ela é paga?

O SR. JOAQUIM CURVO - Esse Programa foi feito para atingir a população de zero a um salário mínimo de renda familiar, não renda individual.

Esse programa, Deputado Sérgio Ricardo, estávamos falando aqui sobre renda familiar média de 80, mas no interior isso não é uma realidade, é maior. Então, tivemos que ampliar a faixa, porque senão pegaríamos muito pouca gente, apesar do custo de vida ser mais caro na região, mas tivemos que ampliar para até dois salários mínimos, porque senão atingiríamos muito pouca gente, mas estamos dando preferência para de zero a um. Caso não consigamos, nessa região nós estamos ampliando até dois salários mínimos. E essas casas estão sendo, em função do programa e do Governador, doadas, mas estamos vendo que essa doação tem que se estender por um determinado tempo, porque as pessoas têm que morar e estão fazendo um contrato de cessão para que possam habitar 10, 20, 30 anos e não serem removidas da casa, mas caso ocorra, por exemplo, uma mudança repentina no primeiro ano, essa casa volta para o município e o município disponibiliza para alguém, à família que se encaixar dentro do perfil, se não encaixar dentro do perfil, volta para a prefeitura e é doada para outra família carente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Esse programa do Governador eu acho que é o que mais atinge a população de baixa renda. É ele o que mais atinge?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. JOAQUIM CURVO - Nós estamos considerando que o de bolsa de material de construção, o BMC, é um programa que está dando oportunidade a pessoas que já têm um lote, um terreno, uma casa com condições de habitação muito precária para que ela possa ter uma condição digna de moradia, no qual já tem uma infra-estrutura feita pelo município. Alguns já têm asfalto, já têm a luz, água, só faltaria parte da infra-estrutura.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É importante que se diga.

Então, esse programa o primeiro aí,...

O SR. JOAQUIM CURVO - Do FETHAB.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Do FETHAB.

Seria interessante você puxar a questão para Cuiabá, porque hoje nós temos muito mais pessoas, temos pessoas do interior, mas muito mais pessoas para Cuiabá. Eu quero saber o seguinte: esse programa vai levar casas para vários municípios, mas aqui para Cuiabá, como ele vai trabalhar em Cuiabá?

O SR. JOAQUIM CURVO - Nós já estamos trabalhando - foi o que Rômulo expôs, aí com um conjunto habitacional do Sucuri em andamento, duzentas casas, mas o Estado também está entrando com outros conjuntos habitacionais.

Por exemplo, lá no Bairro Pedra 90 nós estamos listando por esses dias aqui agora, em função dessa falta de infra-estrutura que nós não tivemos no primeiro ano, mas que agora no segundo ano não vamos ter mais problema, nós devemos fazer também lá duzentas e sete casas no Bairro Pedra 90. Estamos já executando para construir cento e nove casas, isso para as Polícias Civil e Militar, que vão ter tipo uma Vila Militar, no Complexo Pomeri, na Fazendinha, na parte de baixo, junto ao Novo Mato Grosso. São cento e nove casas. Temos também em projeto mais trezentas e cinquenta casas, pode chegar até seiscentas casas, no Agronacente, numa reformulação que nós estamos fazendo e desenvolvendo lá na Secretaria. E também um outro bairro, eu vi a área atualmente e vamos desenvolver um outro programa.

Além disso, com a Prefeitura Municipal, tem-se uma meta a ser atingida neste ano de 2004 de mais ou menos quinhentas residências, já foram duzentas, faltam trezentas e cinquenta residências que devem ser construídas em Cuiabá. Então, o programa é o que eu disse: inicialmente a meta era para vinte mil, e nós já estamos buscando recursos junto a outros órgãos, inclusive federal, que é no Programa Integrado, no qual o Governo do Estado esteve em Brasília e colocou para o Presidente Lula que a cada real que ele colocasse no Estado para habitação, nós colocaríamos em torno de um real também. Então, uma parceria em que o Brasil todo trabalha na faixa de 2% a 10% de parceria com o Governo Federal. O Governo Blairo Maggi está fazendo uma parceria em torno de 50%. Então, são aqueles programas, o programa integrado do FETHAB, com bolsas de materiais, e em parceria com a Caixa Econômica nós estamos fazendo o PAR, PSH e também a infra-estrutura. E nessa infra-estrutura seria o associativo.

A população a ser beneficiada é essa que os senhores estão vendo em algumas fotos, que existe no interior do Estado aquele outro tipo de situação. E nós temos esse déficit de 186.975, dados do IBGE de 2000. Cuiabá, pelo IBGE, teria 27.000 e pela Caixa, um cadastro único, que seria numa faixa de até R\$80,00 de renda familiar, que dá em torno de R\$80,00 essa média, então, vezes quatro, vai dar R\$320,00, um pouco mais que o salário mínimo. E em Várzea Grande, o déficit é de 11.000 e o cadastro único da Caixa teria apontado 2.335. Em Rondonópolis, o déficit é de 10.000 e pela Caixa 4.100.

Então, essas famílias sem moradia e a renda de R\$80,00 totalizaria em todo Estado 67.476 famílias vivendo dessa forma, em condições em que precisamos mudar e atingir o objetivo.

Então, esse programa foi desenvolvido e o projeto integrado é esse programa junto com o Governo Federal de 4.000 unidades. São casas com saneamento, praças, ruas asfaltadas e o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

valor inicial das casas de R\$10.000,00, seria R\$40.000,00 por conta do Estado, R\$41.250,00 através de emendas de Parlamentares do Estado de Mato Grosso e totalizaria R\$81.250,00. Dividido em três módulos, que nós vamos ver, seria três módulos de 50, 100 e 200.

Módulo para 50 casas, nós precisaríamos adquirir áreas no interior ou ser doado pela prefeitura na faixa de 2,25 hectares e as áreas dos lotes seria em torno de 200m².

Módulo para 100 casas, que também será desenvolvido com praças e equipamentos comunitários, será também necessário uma área de 6,15 hectares, totalmente pavimentado, totalmente urbanizado, com toda infra-estrutura. A área seria de nove hectares para um módulo 200 casas, sendo o lote de 200m². O projeto da casa ainda era o projeto 32m², que nós estamos alterando a pedido do Governador Blairo Maggi, foi uma casa de 38m². No próximo ano esses valores serão alterados, estão sendo estudados e as casas podem ser de alvenaria ou de madeira.

O projeto da bolsa de materiais de construção seria cinco mil unidades, inicialmente, a serem construídas e o valor de quatro mil reais, que no próximo ano isso já vai ser alterado para cinco mil reais, porque era somente material. O Secretário determinou que passemos o material para quatro duzentos e cinquenta e mais setecentos e cinquenta para ajudarmos algumas prefeituras do interior que não têm como financiar essa mão-de-obra, Deputado Sérgio Ricardo.

Então, nós vamos também entrar com o financiamento da mão-de-obra, ou uma parte da mão-de-obra, na faixa de setecentos e cinquenta reais. Então, a bolsa de materiais depois nós vamos fazer um resumo, o Programa PSH em convênio com a Caixa Econômica, este ano deve ser fechado em torno de mais 200 casas, inicialmente, no qual o Estado entra com cinco mil quinhentos e cinquenta e a Caixa Econômica entraria com quatro mil e quinhentos do valor. Então, o total para esse programa e mais cinco mil unidades que seria construído pelo PSH.

O Programa PAR, aqui em Cuiabá vai mais do que isso, está desatualizado, são duzentos e oitenta e quatro casas, mais duzentas e quarenta casas, mais ou menos, que já estão em convênio com a prefeitura, duzentas e quarenta e oito com a Caixa Econômica. Várzea Grande trezentas e quarenta e três, Rondonópolis, cento e oito.

Estamos em finalização para a construção de mais mil casas nessas três cidades através do PAR, no qual o Governo entra com o máximo de 11% desse financiamento. Para que nós tenhamos a infra-estrutura, reduzamos o valor da prestação e que esse programa fique dentro do limite financiável pela Caixa Econômica.

Então, essa aí é um convênio com o Governo do Estado e para esse Programa nós temos a intenção de finalizar com três mil unidades. Praticamente este ano já fechamos novecentos e cinquenta e três casas e para o próximo ano mais mil, já estaríamos totalizando em dois anos, mais ou menos, mais de 60% do previsto para esse Programa.

Então, essas casas são de trinta e dois metros quadrados, do Programa Habitacional do Governo, ela tem esse formato, dois quartos, cozinha, banheiro e a sala. Praticamente um programa que eu desenvolvi para a Prefeitura Municipal de Cuiabá, para o emergencial, no qual tinha essa conformação. E desenvolvemos para o Estado esse programa e o Governador pediu agora para alterar aquele banheiro central, maximizando a área de cozinha e sala, e os dois quartos indo um pouquinho mais para trás, criando uma varanda na frente e esse banheiro ficaria também integrado ainda à construção, dando a chance de expansão desse conjunto para o fundo do lote e aí nós teríamos um grande aproveitamento para famílias de maior quantidade.

Então, isso foi desenvolvido na parte de elétrica e hidráulica, os senhores podem ver que é uma minimização ali, havendo uma parede hidráulica e que minimiza o custo das instalações de hidráulica e de saneamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Então, a preparação do terreno é feito também pela Prefeitura, no caso do FETHAB e que seria também como contrapartida do Município.

A fundação nós desenvolvemos, foi o radier, que é uma fundação que serve para todo tipo de terreno e que você tem uma segurança maior de que essa fundação vai ser bem feita e que não vai ter problema estrutural na casa. Então, essa casa, se houver qualquer problema de recalque, ela recalca como se fosse uma laje só, e ela não teria problema localizado de rachadura.

Essas foram as duas casas que nós construímos em tempo recorde, em dez dias nós construímos duas casas, uma de madeira e outra de alvenaria, que nós estamos desenvolvendo uma parceria com as cerâmicas do Estado de Mato Grosso, através de associação e do sindicato, para desenvolvimento de um tijolo que está totalmente desenvolvido um projeto, mapeado, e Cuiabá novamente está informando que vai ser com esse tijolo aparente.

Então, portanto, esse foi um desenvolvimento que nós criamos com o Sindicato das Cerâmicas e com a associação.

E essa é uma casa em madeira, na qual somente o banheiro é construído em alvenaria. Esse projeto vai ser inaugurado dia 20, é numa Prefeitura no interior, em Feliz Natal. Essas duas casas estão lá ainda montadas no Parque de Exposição. Quem quiser conhecer, só teria que informar lá Secretaria para que nós possamos abrir no dia essas casas. Elas foram montadas, foram mobiliadas durante a exposição, para se demonstrar o aproveitamento dos espaços.

Essa daí também dá uma idéia da casa com a cozinha integrada, e com o banheiro do outro lado. Mas é um projeto que foi desenvolvido para as Prefeituras do norte do Estado, onde a madeira é mais barata. E essa casa tem um aproveitamento de madeira de até dez centímetros, porque ela é, Deputado Sérgio Ricardo, colada. É um reaproveitamento de pequenas peças de madeira que são trabalhadas, coladas, e são feitos esses painéis. É feito na hora, ela pode ser dupla, como eu quis mostrar ali, dando maior conforto térmico.

Nesta casa, foi utilizada uma telha venezuelana, que nós ganhamos de uma companhia que quer entrar aqui no Estado, e que também já fez em Manaus nove mil e quinhentas casas com esse tipo de telha. É uma telha que tem conforto térmico bom, não havendo necessidade de forro. Então, nessa casa eu fiz medições através do IMMEQ e ela deu o melhor índice de calor no ambiente da residência.

Então, nessas nós atingimos, Deputado Sérgio Ricardo, em torno de seis mil - aí está desatualizado -, seis mil e seiscentas unidades de casas que estão sendo construídas no Estado de Mato Grosso.

São cento e vinte municípios, onde já estão construindo casas com os recursos do Programa FETHAB, e que já estão, inclusive, inaugurando. Nós devemos inaugurar em torno de mil e quinhentas casas ainda esse ano pelo Programa Meu Lar, que foi desenvolvido e que só começou, realmente, a ser implementado a partir de junho e julho. Porque os municípios não acreditaram, os municípios tiveram dificuldades de arranjar áreas, os municípios tiveram uma série de problemas, inclusive de documentação. Por isso, não conseguimos desenvolver e atingir a totalidade dos municípios. Então, ficaram fora somente dezenove municípios. Nós estamos desenvolvendo esse programa no Estado como um todo, sem exceção, sem proteção e sem olhar a parte política. Foram atendidos todos os municípios na Secretaria e todos que colocaram documentação foram atendidos, sem exceção. Finalizamos, ultimamente, com três municípios que não apresentaram documentação durante o ano inteiro, mas que quiseram participar no final do ano. E foram atendidos mesmo assim. Tivemos problemas de orçamento para que pudessemos atender em maior quantidade. A nossa idéia era atingir vinte e cinco. Em alguns municípios foram atendidos vinte, vinte e cinco, em função do orçamento. Ao querer participar e atingir a maioria dos municípios, fizemos uma redução, mas, no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

próximo ano, tão logo seja iniciado e aberto o orçamento, os projetos estão prontos, estão aprovados, será liberada a próxima etapa, inclusive, com a pavimentação dos municípios.

Nessa parceria com a Caixa Econômica Federal, ela está viabilizando mais recursos para que possamos entrar no programa da bolsa de materiais da Caixa e fazer com que tenhamos uma parceria maior e consigamos montar uns conjuntos dentro de algumas cidades do interior. Que possamos, também, aumentar esse valor, que, inicialmente, era de vinte mil. E nós já estamos projetando isso para mais de trinta mil unidades durante esses primeiros quatro anos de Governo. Então, neste ano já foram seis mil e seiscentos. Para os próximos anos, nós esperamos que, com essa organização, com essa definição, nós esperamos atingi-los.

Esse foi um conjunto inaugurado em Itiquira, com cinquenta unidades, que foi denominado Conjunto Arco-íris e o primeiro conjunto a ser inaugurado. Foi pintado em cores diferentes. Uma varredora, lá do município, porque era para ser dado o nome de uma pessoa de Itiquira, mas acabou sendo aceita sugestão dessa varredora, sendo denominado, então, Arco-íris.

Essa é casa entregue já, você pode ver a pavimentação do conjunto... E têm umas outras aí... Isso aí é durante a construção. Em alguns locais, por exemplo, foi feito no município de Porto Esperidião, que a bolsa de materiais, o Prefeito ampliou o convênio com a Secretaria e deu acabamento. Normalmente essas casas, no convênio, deveriam ser de chapisco, e ele exagerou até, colocou azulejo, piso, tanto na cozinha como no banheiro, deu a casa realmente pronta, o tanque que deveria ser simples lá fora é um tanque de cuba. Enfim, os prefeitos estão animados com o programa e estão valorizando mais esses detalhes de acabamento e entregando a casa totalmente pronta.

Era isso que tínhamos e ficamos à disposição de vocês para as perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos recompor a Mesa aqui para começar a abrir a palavra às pessoas que se inscreveram para fazer as suas perguntas.

Para que a coisa flua bem, vou abrir três minutos para as pessoas que vierem na tribuna; dois minutos para as pessoas que forem perguntadas. Se não tiverem nenhuma pergunta, só uma colocação, três minutos; e se alguém tiver que responder uma pergunta, vamos tentar respondê-la, senhores, em dois minutos até para facilitar.

(NESTE MOMENTO, É RECOMPOSTA A MESA.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Gostaria de chamar para fazer uso da palavra a Sr^a Antônia Ribeiro, do Águas Nascentes, inclusive ouvi falar que tem projeto para lá. Fique à vontade, Antônia.

A SR^a ANTÔNIA RIBEIRO - Eu só queria perguntar para o Sr. Joaquim Curvo quando que começarão a construção dessas casas e a pavimentação do nosso bairro que, infelizmente, está em situação muito precária.

O SR. JOAQUIM CURVO - Como eu disse, Antônia, estamos desenvolvendo o Projeto. Eu pedi ao INTERMAT que fizesse o levantamento topográfico, e você sabe que recebemos um levantamento que não era ideal. Então, nós solicitamos ao exército... Na segunda-feira, estarei lá com o 9º BEC, que está sendo o nosso parceiro aí, com a equipe de topografia para que eles façam um novo levantamento de uma área para que possamos realmente projetar. Isso é para o início do ano que vem. Nós já temos uma seqüência. Inclusive já está autorizado a fazer uma movimentação de terra. Só que apareceu uma obra mais emergencial, a Praça das Bandeiras, e o 9º BEC foi deslocado.

A Sr^a Antônia Ribeiro (FORA DO MICROFONE) - Mais que a nossa.

O SR. JOAQUIM CURVO - Todas são prioridades, mas nós recebemos essa determinação do Governo. Mas em função de que não temos o projeto ainda, acho que foi até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

providencial. Então, assim que eu tiver o projeto, eles estão autorizados pelo Secretário a iniciar, depois de fazer o Pomeri. Eles estão fazendo a terraplanagem do Pomeri e depois vão para lá. Ok.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, a Sr^a Odenil, moradora do Bairro CPA II.

A SR^a ODENIL - Bom-dia a todos. A paz de Jesus.

Eu queria saber sobre a quitação das casas restantes do CPA II.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quitação das casas do CPA II. Quem pode responder?

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Aqueles contratos que foram adquiridos pela Caixa Econômica, as que poderiam ter sido liquidadas, foram feitas campanhas e foram liquidadas. Sobrou um saldo remanescente, mais ou menos uns cinco mil contratos, que existiam muitos problemas para a liquidação.

O que eu tenho de informação é que o Estado está negociando com a EMGEA, que é a empresa que hoje é dona desses créditos, para resolver essa questão. Então, o que me parece é que o Estado vai estar negociando com a EMGEA, recomprando esses contratos, porque o próprio contrato de venda permitia a recompra, e o Estado vai dar a continuidade na liquidação dos contratos que remaneceram àqueles que já foram liquidados.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, a Sr^a Orlanda de Oliveira, do Bairro Dom Aquino.

A SR^a ORLANDA DE OLIVEIRA - É uma pergunta e uma colocação. No meu modo de pensar esse é o x da questão, porque é por essa classe zero que se faz um bom trabalho. Só que tem uma outra coisa, tem que trazer empresas e serviço para o povo.

A pergunta que eu tenho a fazer é em que prazo vai ser entregue esse conjunto do Sucuri.

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - No Sucuri já iniciamos a obra de terraplanagem no dia 07. Nós estamos com a licitação já definida. A ganhadora da empresa imediatamente já receberá a autorização. É uma obra que a sua conclusão está programada para duzentos e dez dias. Então, nós teríamos aí aproximadamente quatro meses de obra, cinco meses de obra. Então, até maio nós estamos com o Conjunto Sucuri pronto para entregar à população.

A SR^a ORLANDA DE OLIVEIRA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Gonçalo Poconé, membro da Executiva Nacional do PSDB.

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - Primeiramente, bom-dia à Mesa, Deputado Sérgio Ricardo, que com certeza sai na frente da discussão que tanto aflige os trabalhadores de Mato Grosso, de Cuiabá, que é a questão de habitação popular.

Eu acho que aqui estão faltando dois Deputados Estaduais que também já demonstraram a luta pela causa no que diz respeito à habitação popular, que são os Deputados, hoje, um, Secretário da Casa Civil, Carlos Brito, como ex-presidente do Bairro Parque Cuiabá. Nós participamos, já temos história de luta nessa ação em conjunto com a comunidade sobre a questão da habitação popular, e, recentemente, o Deputado José Carlos Freitas naquela disputa das quitadas das casas da COHAB de Mato Grosso que já foram quitadas algumas casas pelo Governo passado, que são os Santa Inês, São Carlos, Várzea Grande, enfim, Mato Grosso todo. E resta ainda, estamos lutando e brigando para resolvermos a questão do CPA IV, IV Etapa, onde moramos.

Eu fiz questão de fazer algumas anotações aqui das Audiências Públicas sobre a questão da Caixa Econômica com respeito a essa quitação efetiva do CPA IV, IV Etapa, porque na verdade nós paramos de pagar, porque o Governo nos disse que tínhamos que parar de pagar, porque naquela rolagem da dívida de Mato Grosso, no orçamento passado, o qual o Relator do Orçamento,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

na época, era o Senador Carlos Bezerra, naquela rolagem da dívida de Mato Grosso entrou a quitação dos débitos da COHAB de Mato Grosso. Esse é o conhecimento nosso.

Então, daquele momento para cá nós paramos de pagar. Até então nós pagávamos essas casas. E daí para cá a sociedade do CPA IV e outros bairros que foram inclusos na dívida da COHAB para com o Estado, sendo rolada a dívida, acabou, então, o débito com a COHAB. E, hoje, ainda nós estamos recebendo intimações de cobrança daquelas casas.

Gostaria que o representante da Caixa Econômica nos respondesse com bastante propriedade a respeito disso. E gostaria de fazer mais uma pergunta depois da resposta do representante da Caixa Econômica.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Eu acho que cai na questão anterior. O Estado já está negociando com a EMGEA, que é a empresa, hoje, detentora desses créditos. O Estado vai retomar esses contratos e aí vai fazer uma política de quitação do Estado. Quer dizer, vai resolver o problema lá com o Governo Federal e vai trazer o problema para cá. E aqui ele vai tomar uma decisão para resolver a questão.

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - Gostaria de colocar uma sugestão ao Deputado Sérgio Ricardo. Primeiramente, com relação ao Orçamento do Estado. O Governo tem alegado à Caixa Econômica, pelo menos é o que o Secretário da Caixa Econômica nos passou, que está tendo problema de caixa para quitação desses contratos. Eu gostaria de sugerir ao Deputado Sérgio Ricardo, como mentor dessa ação pública, com os demais Pares aqui da Casa, que colocasse no Orçamento do Estado recurso para quitação desses poucos contratos que ainda existem da antiga COHAB para com a Caixa Econômica Federal. Eu acho que seria já com o recurso do FETHAB. O recurso do FETHAB já é justamente para isso, não é, Secretário Joaquim Curvo? Para que possamos sanar isso de uma vez por todas, para que os moradores do grande CPA IV e outras comunidades não fiquem perplexos com relação a isso, essa é a sugestão ao Deputado Sérgio Ricardo.

Gostaria de fazer mais uma pergunta ao representante da Caixa Econômica com relação às cooperativas habitacionais. Em Mato Grosso, existem duas cooperativas habitacionais, uma, do ponto de vista jurídico, é legítima, e a outra não é legítima. Posso até citar aqui, é a COOPHAS e a COAUT.

Eu ia fazer uma pergunta ao Sr. Leônidas Clementino, que é ex-diretor da COHAB. Na verdade, criaram uma cooperativa totalmente desorganizada. A COHAB emprestou um milhão de reais a essa cooperativa, que não construiu o que era para ser construído. O Tribunal de Contas puniu a COHAB por isso, na época do Sr. Leônidas Clementino, que poderia nos explicar sobre isso. E, na verdade, está lá, a COAUT teve a detenção de uma área enorme em Cuiabá, uma área privilegiada, que até então era do Estado. O Estado passou para a COOPHAS, a Caixa Econômica, juntamente com o cartório... É de conhecimento que quem é detentor dessa área é a Cooperativa Habitacional dos Servidores Públicos de Mato Grosso, a COOPHAS.

Compramos uma área da COAUT, não podemos ter direito a essa área, pagamos essa área, porque a COAUT não tem legitimidade jurídica para registrar a área. Perdemos! Fomos lesados nesse processo. Aconteceu o seguinte: comprei da Cooperativa Habitacional dos Servidores Públicos de Mato Grosso - COOPHAS, que é outra cooperativa, fui ao cartório, fui à Caixa Econômica e a Caixa Econômica deu certidão de idoneidade para essa cooperativa, compramos um outro lote dessa cooperativa, registramos em cartório, hoje, pagamos IPTU religiosamente dessa área que comprei dessa cooperativa e a outra cooperativa perdemos o dinheiro. Agora, comecei a cercar a área e construir um comércio meu, uma oficina mecânica, eu sou mecânico, não pude construir na área porque a área está *sub judice* porque não sabe se a área é da COOPHAS ou da COAUT. Isso é um absurdo. A Caixa Econômica deu legitimidade a COOPHAS, o cartório deu legitimidade a COOPHAS e a COAUT da qual também compramos, recebemos a área e perdemos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

dinheiro. E a outra que nós fomos legitimamente reconhecidos pela Justiça, hoje não podemos trabalhar porque não conseguimos construir o nosso patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É isso?

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - É isso. Eu gostaria que o Dr. Clementino esclarecesse isso e...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Isso é importante porque são assuntos que... Cada um tem um minuto para responder.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Um minuto não dá, porque é muito complexo, depois eu vou explicar.

O SR. GONÇALO POCONÉ DE ARRUDA - Eu quero só fazer um alerta, falar para o Secretário Joaquim Curvo que na última eleição da OAB, eu encontrei um advogado, até quero saber do Dr. Joaquim Curvo se existe uma ação popular contra... Fiquei sabendo através de um advogado na OAB. É importante o Deputado Sérgio Ricardo ver isso, porque há tempos atrás a FAMATO e o setor produtivo entraram com uma ação contra a criação do FETHAB em Mato Grosso. Parece-me que essa ação está correndo e o Estado já foi citado a respeito. Nós temos que tomar muito cuidado, porque se derrubar o FETHAB, o Governo fica sem condições de fazer nenhum investimento. E o setor produtivo e a FAMATO que entraram com isso.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos fazer o seguinte: ele fez três questionamentos, eu acho importante... Leônidas, tente ser um pouco breve porque tem muita gente que quer falar ainda.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Poconé, você sabe que daquela área o Governador Frederico Campos doou cento e cinquenta hectares para a COOPHAS, cujo Presidente na época era o funcionário Djalma Ferreira. O BNH, na época, fez um projeto, mandou o Presidente Djalma Ferreira fazer um projeto de cinco mil unidades. Como ele ficou tão apavorado, falou: "Não Presidente, eu não tenho estrutura para executar isso. Eu vou fazer só a metade." Então, saiu a Morada do Ouro I. Só que quando se faz um financiamento...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Leônidas, não dá para você dizer o seguinte: ele quer saber se COOPHAS e COAUT são legítimas, não são; se dá para acreditar no que estão fazendo, não dá para acreditar no que estão fazendo. Só essa questão.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Não, não, por isso que ele vai poder pegar o fio da meada e ele já saber...

Então, foram cento e cinquenta e sete hectares, financiou a Morada do Ouro I e hipotecou as cento e cinquenta e sete. Só que lá no terreno ocupou só setenta e cinco.

Eu, quando fui Presidente da COHAB, através dos técnicos, mandei levantar. Fizemos lá o mapeamento da área, levei ao Presidente da Caixa, na época, e expliquei a ele que aquela área estava desocupada. Ele falou: "Não, Dr. Leônidas, veja para quem você devolva essa área. Quem você trouxe aqui, eu autorizo a Caixa de Cuiabá fazer." Bom, não iria passar para mim, tinha que voltar para quem? Para o dono que é o Estado. Passou para o Estado, o cartório não quis registrar, entrou na Corregedoria e aí a Corregedoria autorizou passar para o Estado. Passando para o Estado para passar para a COHAB tem que ter uma lei, a Assembléia Legislativa aprovou a lei e passou para a COHAB. Passando para a COHAB, desenvolveu-se, naquela época, mais de dez projetos. Infelizmente nesse período do Governo Collor, com esse problema todo da contaminação da inadimplência, não foi possível...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O que é que o Poconé tem que fazer? O Poconé tem que saber...

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Ele tem que saber.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O senhor fez negócios com as duas cooperativas? Foi beneficiado, teoricamente agora está...

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Não, não está sub judice lá. Na realidade, a COOPHAS foi desativada. Aí passou para o Estado e acabou. Fez-se a COAUT. A área é do Governo do Estado, COOPHAS não é dona de nada, ela só é simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A COAUT existe ainda, Leônidas?

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Existe, existe, existe...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É verdadeira?

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - É verdadeira, agora só que ela não pode escriturar porque ela não é dona, quem é dono é o Governo do Estado.

Essa área está mais afeta ao Joaquim, a área é dele. Então...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Você quer falar, Sr. Wilson, sobre essa outra questão aí dessa outra...

O SR. WILSON FERNANDES VARGAS DE ANDRADE - Só esclarecer, Deputado, porque ele falou que a Caixa Econômica Federal certificou lá a existência da cooperativa, mas não é papel da Caixa Econômica Federal isso. Eu acho que a cooperativa é uma empresa jurídica, constituída e tal, mas não cabe à Caixa Econômica Federal testar se ela existe ou não existe.

Então, está havendo confusão. O papel da Caixa Econômica Federal foi, como o Sr. Leônidas colocou, na época do financiamento do empreendimento, hipotecar a área, e hipoteca não transfere propriedade, hipoteca é garantia. Quando a Caixa Econômica Federal libera a hipoteca, libera para quem é dono. Se daí passou para "A", para "B", para "C", não tem mais interveniência da Caixa Econômica Federal.

Então, certidão a Caixa Econômica Federal não fornece de regularização de cooperativa.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Joaquim, só essa questão, rapidinho, a questão do FETHAB que ele levantou.

O SR. JOAQUIM CURVO - Isso, Deputado Sérgio Ricardo, está sendo acompanhado pelo setor jurídico da Secretaria, e não compete a mim acompanhar essa fase aí.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Está certo.

Vamos chamar aqui o Sr. Afrânio, que é do Gabinete da Deputada Verinha Araújo.

O SR. AFRÂNIO ARAÚJO - A Deputada Verinha Araújo pediu mil desculpas por não estar presente. Essa questão de habitação, antes de ser uma bandeira histórica do nosso partido, a habitação popular é uma ação efetiva, tem sido uma ação efetiva da Deputada. Inclusive, o Secretário é testemunha, a despeito das diferenças, às vezes, que temos, partidárias, mas quando o objetivo é esse tipo de projeto, como dizia uma senhora aqui do bairro, para as classes que têm rendas menores, nós estamos sempre... Inclusive, esse ano, a Deputada esteve com a Prefeitura, esteve com o Rominho, esteve com o pessoal todo, em Brasília, tentando a liberação de outra parcela dos recursos dessas casas que foram relatadas aqui pelo Secretário Rominho.

Ela pediu desculpas, porque ela está na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Saúde, e participante da Comissão Especial de Saúde que está acompanhando os hospitais, que são os hospitais regionais. É um problema que se arrasta há quase vinte anos, e que só agora está começando a ter solução. Então, ela está acompanhando na região do nortão. Estão visitando os hospitais. Então, pediu desculpas por não estar presente.

Pediu para comunicar, dizer aqui que esses projetos que estão sendo desenvolvidos agora na área de habitação popular do Governo, fundamentalmente alguma coisa que já começou aqui em Cuiabá, e o projeto agora do Governo Estadual têm total apoio do Partido dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Trabalhadores. São projetos... Depois de vinte anos quase que sem política de habitação popular no País e no Estado. São projetos inovadores que trazem retorno para a população que mais precisa.

Como é próprio de uma Deputada do Partido dos Trabalhadores, apesar desta ser uma audiência para tratar do sistema habitacional, ela nos pediu para dizer que nós temos que começar a nos preocupar, porque as demandas trazem mais demandas, com essas cerca de vinte mil casas. Ao final, com ampliação, poderá dar até mais, dependerá de como a questão econômica do País irá evoluir. No Estado, tudo indica que irá evoluir bem, então, poderá ser mais. Isso trará novos conjuntos habitacionais, novas taxas de urbanização, principalmente em cidades do interior. Portanto, aquela velha coisa que todos conhecemos: que o modelo econômico do Brasil levou as pessoas para a cidade, atrás da escola, atrás da saúde, atrás do emprego.

Então, a preocupação que ela manifesta, apesar de ser uma audiência para tratar do sistema habitacional, porque sistema habitacional não é sistema de construção de casas... Esse nome sistema habitacional é uma coisa mais ampla, com qualidade de vida, com segurança, com educação, com saúde.

Uma preocupação que ela manifesta, ouviu, Deputado Sérgio Ricardo, que, inclusive, precisa ser começada a trabalhar nesse Orçamento, nesse PPA de agora, é que, infelizmente, na área da cultura, na área do turismo, na área da educação, na área da saúde, os orçamentos públicos estaduais não acompanham esse processo. Ou seja, as pessoas vão morar nesses bairros, virão para a cidade e vão precisar de uma outra infra-estrutura, que não é somente o asfalto e o esgoto passando na frente da casa.

Então, ela manifesta essa preocupação. É preciso que nos orçamentos públicos - eu sei que é difícil, mas tudo indica que haverá crescimento econômico. No Estado, não vivemos de crescimento econômico como vivemos no País. É bom que a população saiba disso. Mato Grosso, graças a Deus, vive uma situação de crescimento econômico, que, provavelmente, se amplificará caso retorne o crescimento econômico no País, mas vivemos no País sem uma situação de crescimento econômico, que agora está estabilizando. Tudo indica que voltará a crescer no ano que vem.

Então, a preocupação nos orçamentos públicos é ter mais recurso para a cultura, para dar condições a nossa garotada nos bairros de ter o que fazer, de não ficar nas mãos de traficantes, de não ficar na rua fazendo besteira, de ter uma aula de dança, de ter uma aula de capoeira, de ter uma aula de judô, de ter uma aula de canto; para o turismo, que pode, inclusive, gerar muito emprego. O turismo, hoje, em alguns locais do mundo, aliás, na maioria dos locais do mundo, é o setor que mais gera emprego.

O Secretário de Planejamento Yênes Magalhães, inclusive, manifestou na audiência sobre turismo que é uma preocupação pessoal dele, porque a despeito do crescimento econômico de Mato Grosso ser a base da agricultura, se for ler números do mundo, provavelmente, em Mato Grosso, daqui uns dez, quinze anos, o turismo, a cultura, o turismo de natureza vão ser grandes geradores de renda, de economia de emprego.

Então, nessas áreas, cultura, turismo, desporto e lazer, nós precisamos ter um pouco mais de cuidado com os orçamentos públicos.

Para terminar, infelizmente, os orçamentos públicos desse ano estão derrubando muito esses valores, desporto, turismo, lazer, cultura. Educação e saúde estão mais ou menos mantendo-se proporcionalmente decrescentes.

Ela pediu para manifestar isso e elogiar o programa de Governo, porque realmente é um programa ousado. No entanto, como disse o outro: nós pagamos pelas coisas ruins e boas que fazemos. Vai gerar muita demanda, vinte mil casas, se ampliar, isso vai gerar muita demanda. É preciso... Senão nós vamos inchar as nossas cidades. É preciso nos atermos para outro setor do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

orçamento que, infelizmente, nesse primeiro momento do Governo Blairo Maggi ainda está com problemas. Vamos nos ater a isso e levar em consideração. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Sr. Joaquim Curvo quer fazer um comentário.

O SR. JOAQUIM CURVO - Eu tenho também algumas colocações. É lógico que tivemos um tempo para fazer e procuramos limitar o tema, mas existem outros programas em andamento do Governo do Estado. Nesse próprio programa integrado, que é com o Governo Federal, que estamos entrando com cinquenta por cento, existe o programa de geração, emprego e renda dentro dele, dentro das praças. Existe também o turismo, que é a urbanização dessa praça, transformando-se numa área de lazer, com quiosque para o atendimento ao turismo nessas cidades. Existe também a informatização, a qual deveremos colocar no mínimo dez computadores dentro dessa praça, dentro de um centro comunitário no qual terá também, junto lá, um local para corte e costura, que será colocado pelo Governo.

Então, com isso nós estamos preocupados. É lógico que todo recurso que é necessário, não temos. Para isso, estamos trabalhando com o que temos. Não estamos prometendo, mas estamos fazendo onde é necessário. Existe essa demanda, que é real.

Nós sabemos que a grande meta do Estado é, além do agronegócio, além da pecuária, além da agropecuária, é o turismo, que temos que desenvolver no nosso Estado, que vai ser uma das maiores fontes de renda deste Estado e nós estamos preocupado, estamos trabalhando para essa finalidade e treinamento de pessoal no interior e aqui na Capital. Então, nós deveremos atingir, acredito, essa finalidade e é objetivo também do Governador Blairo Maggi. Se o Governo Federal assim entender e também nos apoiar, cada vez mais conseguiremos fazer mais nessa área.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Emídio de Souza, Presidente do Bairro Novo Paraíso.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do ilustre Deputado Sérgio Ricardo.

Cumprimento todos os colegas e as lideranças comunitárias.

O problema de habitação, conforme foi colocado aqui muito bem claro, um raio X do município, do Estado, é um problema muito sério em Cuiabá, em Mato Grosso e no Brasil inteiro. Por quê? Porque nossas autoridades, o município, o Estado, a União sempre se preocupam com aqueles que já estão trabalhando, com aqueles que já têm seu salário assegurado, um, dois, três, quatro salários e, com isso acumulou nas Capitais... Em Cuiabá, por exemplo, 70 bairros são frutos de invasões...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Inclusive onde você mora.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - ...inclusive o bairro que eu moro, há 17 anos, o Novo Paraíso, também é fruto de invasão, justamente pelo descuido, pela falta de compromisso do Poder Público com a comunidade.

Eu vejo a importância desse debate, desta reunião para que daqui saia uma proposta para que saia também do papel, para que todos nós, a sociedade organizada, o Poder Público, a Assembléia Legislativa possamos conseguir resolver o problema habitacional que é muito sério, principalmente para aqueles que não têm seu salário assegurado, que são aquelas pessoas da periferia de Cuiabá, desempregadas, que não têm condições nenhuma de ir à Caixa Econômica e fazer um financiamento. Então, esse que é esquecido e vejo que deve incluir, sim, fazer esse projeto, Deputado Sérgio Ricardo, obrigando o Poder Público municipal ou estadual, a União a resolverem o problema de habitação e ser avaliado por uma comissão organizada pela sociedade todos os anos. Não precisa ser de seis meses, mas que seja todo ano no encerramento do ano para aprovar o próximo recurso, para assegurar o recurso vindouro para saber onde o município construiu casa,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

onde o município deu bolsa de material de construção ou onde o Estado ou a União deve, sim, entrar com esse projeto.

Enquanto militante comunitário que sempre esteve preocupado com a habitação popular, informo que o nosso Bairro Paraíso II ainda não está regularizado. Estamos agora no Projeto Cuiabá da Gente que, em parceria com o Governo Federal, Olívio Dutra, e Governo do Estado, será regularizado, se Deus quiser, o Novo Paraíso II, porque ali está um bairro muito atrasado, sem obras do município por falta de regularização fundiária. Eu vejo que a partir do momento em que sair do papel, regularizar esses bairros de Cuiabá, esses bairros de Mato Grosso com esse cadastramento que Rômulo já tem de vinte e sete mil famílias que já estão sem moradia, vivendo de favor, com certeza, vai caminhar, porque temos que encontrar uma solução imediata e projetar para o futuro. Não adianta pensarmos que vinte mil casas do projeto do Governo vão resolver o problema, porque são cento e cinquenta mil famílias em Mato Grosso, vinte e sete mil só em Cuiabá, que não têm habitação. Então, tem que acontecer esse compromisso, esse projeto de lei de ano a ano ser avaliado para saber quantas famílias foram avaliadas.

Eu vejo isso, porque da mesma forma que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura hoje, força o município a dar conta de creche, também entendemos ter a lei que assegura que a população tenha moradia digna, assegurada também para eles e que saia do papel. Isso eu vejo com bons olhos. E é por aí que nós vamos conseguir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Emídio, eu conheço a sua luta, conheço você há muito tempo, conheço Novo Paraíso desde que começou.

Aqui foi colocado na Mesa - por isso que apresentei este projeto aqui na Assembléia Legislativa, que vai fazer com que seja uma obrigação de Governo - que nenhum Governo mais passará sem fazer casa.

Aqui em Cuiabá, por exemplo, de 89 até 97, não se fez uma casa em Cuiabá. E aí o Prefeito Roberto França assumiu em 97, e no primeiro mandato começou a fazer. Quanto tempo ficou o Governo do Estado sem fazer casa?

Eu, como jornalista, sempre acompanhei as obras do Governo e eu não me lembro dos Governos passados terem feito uma casa.

O ex-Governador Dante de Oliveira que ficou oito anos, eu não me lembro se ele fez uma casa em oito anos, arrecadando o FETHAB. Então, é por isso que tem que ter... Ele pode ter feito... Eu não tenho notícias, e eu sou uma pessoa bem informada. Então, se todo Governo fizer, daqui a pouco é o seguinte: digamos que nós tenhamos... O Governador Blairo Maggi está dizendo que vai fazer vinte mil casas no Estado. Se são cento e cinquenta mil do déficit, se todo Governo fizer, computando crescimento, daqui a pouco, nós não teremos mais nenhuma família sem moradia.

O Prefeito Roberto França pretende fazer nesse tempo todo que ele vai estar na administração do município doze mil casas. Se a deficiência de Cuiabá é trinta mil, se chegar outro prefeito depois dele e der continuidade e trabalhar e ter essa política de construir casa, e outro que vier depois desse, com duas administração mais, zera-se o déficit habitacional em Cuiabá. Então, têm algumas ações do Governo que tem que ter processo de continuidade.

O Rômulo gostaria de fazer um comentário sobre...

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Na verdade, Vossa Excelência já respondeu o que eu ia comentar com o Emídio.

E agora o Governo Estadual, Cuiabá implantou, o Prefeito Roberto França implantou em Cuiabá um embrião. A Agência Municipal de Habitação tem milhares de problemas. Temos problemas estruturais ainda dentro da Agência Municipal de Habitação e não vai ser agora, em mais um ano ou quatro anos, que vai resolver. Quer dizer, problemas nós temos demais. O que foi feito dentro de Cuiabá é aquilo que o Sr. Leônidas Clementino falou agora mesmo, foi a vontade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

política de realmente iniciar um trabalho que estava paralisado há 13 anos. E nós começamos de um jeito complicado. Há pouco tempo eu estive... O Sr. Afrânio não está mais aqui. Mas há pouco tempo eu estive numa palestra, e uma pessoa criticou a Agência Municipal de Habitação de Cuiabá. Eu virei para a pessoa e falei: Olha, a Agência Municipal surgiu igual surgiu o Fome Zero. O Governo Lula não iniciou uma administração combatendo, gerando emprego, gerando renda, colocando dinheiro no trabalhador, não começou a administração dando qualidade de vida à população, começou o Governo matando a fome do povo, um programa emergencial.

E a Agência Municipal de Habitação começou numa época muito crítica também porque nós começamos o nosso trabalho, e o Secretário Joaquim Curvo estava, na época, na Prefeitura, em cima de um programa emergencial porque morreram 15 pessoas. Então, a Agência de Habitação tem problema estrutural muito grande, mas o que ela vem fazendo dentro de Cuiabá é o que o Deputado Sérgio Ricardo está falando, se o próximo prefeito não der continuidade. Hoje nós temos um Governador aliado aos municípios, nós temos uma Caixa Econômica com recursos, trazendo dinheiro para os municípios e para o Estado. A preocupação é que nós tínhamos também uma COHAB durante 30 anos e acabou, nós tínhamos um BNH que acabou.

Então, eu acho que o Estado e a União têm que estruturar as agências através de fundos municipais de habitação, porque a responsabilidade de dar continuidade à política habitacional não é do Estado, não é da União e sim do Município. Hoje, nós temos o Governador Blairo Maggi começando, mas se amanhã nós tivermos um que não pensa igual ao Governador Blairo Maggi e cortar o recurso de Cuiabá politicamente? Acaba-se o dinheiro. Então, a estrutura tem que ser do município. Essa é a preocupação que eu tenho com tudo isso. Agora mesmo foi citado aqui, se amanhã aparecer alguém e cortar o FETHAB? Acaba-se a política habitacional.

Então, a preocupação existe, as prefeituras é que têm que ter realmente um controle dessa política, ter pessoas que sejam qualificadas para dar continuidade através de fundos municipais, através de esforços da sociedade civil organizada, participando do conselho, desse fundo, aí eu acho que nós teríamos, realmente, respostas para a população até mais rápidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero chamar...

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - Até lembrei o Dr. Leônidas quando ele disse que é um problema nacional. Eu acredito que o Presidente Lula vai, sim, dar reforço para o nosso Governador do Estado e, conseqüentemente, reforçar a Prefeitura de Cuiabá, seja nesta administração ou em outras que virão, para que o problema de habitação popular comece a se resolver, porque só começou a resolver agora. Se parar é problema, porque esse problema é crônico há mais de 30 anos em Cuiabá, está aqui o Bairro Dom Aquino, o Bairro Alvorada que também foram frutos de invasões e que não são regularizados, têm que ser regularizados, regularizar todos esses bairros da Capital para o Município ter um controle. Não adianta ficar dizendo que fulano e sicrano são especuladores, se não tiver um controle, se o próprio município for conivente com a situação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, a Sr^a Lúcia, representando o Bairro Jardim Império do Sol (AUSENTE). Com a palavra, o Sr. Walter Arruda, Presidente da FEMAB, Federação Mato-grossense de Bairros.

O SR. WALTER ARRUDA - Quero cumprimentar especialmente todos os presidentes de associações de moradores que estão até agora participando porque tem, logicamente, interesse quando se fala em habitação, em melhoria de qualidade de vida.

Quero cumprimentar a Companhia de Habitação de Cuiabá, em nome do nosso companheiro Rômulo Vandoni; cumprimentar o Governo do Estado, em nome do meu amigo particular, Joaquim Curvo; cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Sérgio Ricardo e, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

antemão, Deputado Sérgio Ricardo, parabenizar pela iniciativa, pelo projeto, até porque habitação faz parte daquela tão clamada inclusão social. É isso que temos feito, não só em Cuiabá como em todo Estado de Mato Grosso, defendendo que o cidadão, que o morador tenha direito à moradia; defendendo, Valmir Cardoso, aqueles companheiros que quase sempre quando vão para dentro de uma terra, meu companheiro Leônidas, nem sempre estão invadindo porque querem. Aí há que se ter um controle social sobre isso. Quase sempre esse cidadão, Sr. Antônio, é excluído, Emídio, e nós temos que fazer essa tão sonhada inclusão social com a participação do povo. Muito se fala em habitação em nosso Estado e eu acredito na ação do Prefeito da nossa Capital, na ação do Governo do Estado em investir na qualidade de vida dos cidadãos, Luiz Carlos, através da habitação.

Mas também nós temos que ter uma preocupação, igual meu companheiro Emídio colocou, de estar envolvendo toda a sociedade e, principalmente, na hora que fizermos as casas, nós temos que saber para quem vamos dar. Na hora da distribuição, há de se ter um controle social. Tem que chamar as entidades organizadas, as associações de moradores, as entidades que representam o interesse coletivo da comunidade (PALMAS). E aí, nós, enquanto Federação, meus companheiros Sérgio Ricardo e Joaquim Curvo, estamos à disposição, junto com essa companheirada aqui, para estar acompanhando e para estar garantindo que aquele cidadão que vai receber a casa seja aquele que realmente necessita da ação do Governo para ter a sua qualidade de vida melhorada.

É inadmissível, é inadmissível que construamos casas e não ter um controle social para a entrega. E isso a Federação já está defendendo no interior, já tivemos manifestos em Barra do Garças, e aí os presidentes de associações de moradores, meu companheiro Joaquim Curvo, é que sabem da realidade de cada bairro e quantas famílias residem numa casa. Existem casas onde residem sete famílias. E aí, nesse contexto, nós iremos, logicamente para a rua para defender que essas casas realmente cheguem às mãos do Sr. Antônio, do Sr. João, da Dona Maria, daquelas pessoas que realmente necessitam recebê-las.

Temos que fazer um levantamento. Já sentamos lá, Emídio, com o nosso companheiro Jair Mariano no Projeto Cuiabá da Gente, que nós queremos estender a todo o interior, até porque nós queremos também acabar com aquela famosa grilagem de terras. O companheiro hoje invade aqui, amanhã está em outro bairro, e vai fazendo casa, e daqui a um tempo ele está igual à famosa COHAB. E aí, Deputado Sérgio Ricardo, eu coloco como de suma importância esse projeto que Vossa Excelência colocou, até porque não houve investimento na habitação no Governo que ficou oito anos, dois mandatos, meu companheiro Poconé. A Nestlé do Brasil deu mais casas em Mato Grosso do que esse Governador. Foram cinco casas que a Nestlé colocou aqui exatamente. A comunidade sabe.

E aí, quase sempre a cobrança, Serginho, à porta da casa, Emídio, Boliver, meu companheiro César, meu companheiro Cido, e a primeira porta, Dr. Leônidas, que o morador bate é da casa do presidente da associação de moradores, como se ele fosse resolver todos os problemas. Mas eu entendo, Poconé. Eu entendo. Ele bate na porta da casa do presidente da associação dos moradores, porque sabe, Walmir, sabe, meu companheiro Gilberto, que ali encontrará um companheiro comprometido com as causas que realmente trazem melhoria de qualidade de vida.

Eu poderia me delongar mais, Muvuca, mas vou encerrar minha fala, meu companheiro Rui. Falar em habitação, está lá o nosso companheiro que dá aula de habitação.

Eu vou encerrar a minha fala, meu querido Deputado Sérgio Ricardo, dizendo que os presidentes das associações de moradores de bairros, organizados, através da União e da Federação, estão acompanhando *pari passu* e, principalmente, participando. Prova disso é que num dia da semana, que temos trabalho, Dona Ivonia, muitos que aqui estão deixaram os seus afazeres e para cá vieram. Estão aqui até agora porque estão preocupados com a inclusão social, através da habitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Que Deus abençoe os nossos futuros governantes, Deputado Sérgio Ricardo, e que abra suas cabeças para que olhem mais para a nossa gente, para que olhem mais, principalmente, para aqueles cidadãos que precisam das ações do Poder Público para terem sua qualidade de vida melhorada.

E aí eu coloco e digo: saúde, educação, segurança e habitação, com certeza, esse trabalho social há de dar dias melhores para a nossa sociedade. Muito obrigado e um abraço a cada companheiro presidente de associação de moradores que aqui esteve (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Sr. Rômulo Vandoni Filho quer fazer um comentário.

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Eu queria comentar o que o Valtinho falou. O Valtinho foi muito feliz na sua colocação. E nós comungamos da mesma preocupação.

No início do ano, o Emídio acabou de citar, eu também tinha essa preocupação, nós fizemos uma reunião no auditório da Secretaria de Educação e chamamos as quatro regionais - o Feitosa estava aqui, não sei se ainda está, mas o Valtinho está - que se incumbiram de trazer os presidentes de bairros de cada região. Para quê? Para que fizéssemos dentro de Cuiabá um cadastramento das famílias que realmente necessitavam. E o Wilson, da Caixa Econômica, estava presente. Dizíamos que não existe ninguém melhor do que o presidente de bairro para saber realmente quem são as pessoas necessitadas em seu bairro. E nós fizemos, Valtinho, aquele cadastro. Hoje, temos um cadastro de aproximadamente vinte seis mil nomes dentro de Cuiabá, com a participação de todos os presidentes de bairros. Nós tivemos que saber, lógico, que existe no meio também, como existe no meio do taxista, como existe no meio da classe política, como existe no meio do policial, aquele que realmente atrapalha. Nós tivemos também algumas pessoas que, na verdade, deturparam aquele cadastramento, levando-o para outro rumo, a fim de outros negócios.

Mas o objetivo foi alcançado. Nós temos um banco de dados. Esse banco de dados é utilizado pela Caixa Econômica Federal em todos os assentamentos, em todos os projetos que fazemos dentro de Cuiabá. Nós consultamos por região, mapeamos Cuiabá, sabemos onde tem o maior déficit habitacional, sabemos qual bairro tem, qual o déficit de cada bairro. Isso é interessante, Valtinho. Nós não teríamos condições de fazer sem que não houvesse a participação popular, a participação do movimento comunitário, que foi realmente quem nos ajudou a fazer esse cadastramento dentro de Cuiabá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Estamos com mais duas pessoas para falar antes de encerrar.

Gostaria de chamar o Joaquim Pereira dos Santos, Presidente da UEMAT, Associação Unidos pela Terra do Estado de Mato Grosso, que dispõe de três minutos para fazer uso da palavra.

O SR. JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS - Primeiramente, bom-dia, Deputado Sérgio Ricardo, em nome do qual cumprimento a Mesa; e o público e os nossos presidentes, em nome do Valmir Cardoso, da UCAM, do Valtinho, Presidente da FEMAB.

Companheiros, eu quero, primeiro, complementar a palavra do Dr. Leônidas sobre o distanciamento do Poder Público com a população. O que acontece?

De 90 a 94, não existiu invasão dentro de Mato Grosso, de Cuiabá, principalmente. Por quê? Porque o Governador Jaime Campos criou o Pedra 90 quando começaram as invasões. O que acontecia? Quando as pessoas chegavam a qualquer lugar de invasão, o Governador pegava e levava lá para o Pedra 90. Iniciou uma invasão aqui, se não me engano, na Morada do Ouro, muito grande, e ele criou o Florianópolis lá em cima, levou o pessoal para lá. Então, o Governo até aí acompanhava o sistema de habitação, porque às vezes não é nem construir a casa para esse povo que vai resolver o problema, para essas pessoas que ganham de zero a três salários. Porque, pelo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

estou vendo aqui nenhuma meta dessas vai resolver esse problema. Esse problema de quem ganha de zero a três salários vai dar em torno de 60% da população de Mato Grosso. Então, como é que vai atingir? Nunca vai atingir.

Eu queria perguntar ao Dr. Wilson da Caixa Econômica, de que documentação precisam as pessoas que vão fazer esse empréstimo? Ela precisa ter escritura da terra. Porque quando a gente vai à Caixa Econômica, ou seja qual for o banco, tem a exigência de um monte de documentos. Cuiabá tem 60% que não têm documento. Como é que vamos fazer esse empréstimos?

A pergunta que eu tenho para o Dr. Rômulo da Prefeitura é como a Prefeitura pode participar mais junto à população, tanto a Prefeitura como o Governo também, Dr. Joaquim Curvo, porque as áreas que pertencem à Prefeitura hoje, as áreas verdes, as áreas reservadas da Prefeitura, viram matagal que vão ser desova de cadáver, de carro roubado, de bicicleta, moto, etc. Então, é muito difícil, porque a Prefeitura deixa lá abandonadas e não cuida das suas áreas. Fica uma coisa muito difícil para fazermos parceria, o movimento comunitário fazer parceria com a Prefeitura. O movimento tenta fazer a sua parte, mas a Prefeitura não faz e o Governo deixa essas áreas que ficam abandonadas dentro da própria comunidade. Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vai ter resposta dos três. Vou conceder um minuto para cada um.

Com a palavra, o Sr. Wilson Fernando Vargas de Andrade.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Para ser bem objetivo, financiamento na Caixa, quando for o caso de fazer hipoteca, há necessidade da regularidade, do documento do imóvel, mas no programa de material de construção não existe hipoteca e necessariamente não precisa ter o documento do terreno. Nós fazemos o empréstimo mediante uma declaração da Prefeitura de que o local onde vai ser construída a casa é local adequado para habitação. Ainda não tem documentação, pode ser em área invadida, desde que a Prefeitura reconheça aquela invasão...

O SR. PRESIDENTE (SERGIO RICARDO) - De que o terreno é daquela pessoa que está pegando o dinheiro...

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Não precisa.

A Prefeitura reconhece a invasão e declara que o local é adequado à habitação. Então, ele pode fazer o financiamento do material de construção que não tem hipoteca. As outras linhas de crédito que têm a hipoteca, como garantia de financiamento, aí tem que ter regularizado o terreno, registrado em cartório para poder ser hipotecado.

O SR. LEÔNIDAS CLEMENTINO - Tem as casas de material já credenciadas pela Caixa, no caso de material. Então, é só procurar as casas. Não tem nada a ver com a Caixa. Quem tem a ver com a Caixa é o dono do estabelecimento, que tem o material.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - Não. Só corrigindo. Não é bem assim.

A casa de material de construção é conveniada conosco para fazer operação do negócio, mas o negócio todo é na Caixa mesmo. Ele não é para caso de material, não! É para o cidadão que vai à Caixa Econômica tomar um financiamento.

O SR. JOAQUIM CURVO - Quanto a esse problema dos bairros, eu venho trabalhando na Prefeitura desde 1979, na grande época em que houve o *boom* aqui no Estado de Mato Grosso, no qual Cuiabá crescia a 16% ao ano. Em cinco anos, nós dobrávamos a população. E esses bairros, hoje, a grande maioria ainda sofre com essa infra-estrutura. O Novo Paraíso fui eu quem abri, apesar de já estar invadido, não existiam naquela época moradores. E foi pedida uma máquina a um candidato e nós colocamos lá para abrir as ruas do Novo Paraíso. Hoje, o Novo Paraíso, acredito, está atingindo em torno de 50% dos lotes ocupados. Isso nós vemos não só lá, mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

no Pedra 90, 50% dos terrenos que Jaime Campos doou não estão ocupados, 50% dos lotes não estão ocupados. Essa é uma verdade.

Então, o Poder Público investe no bairro. Leva transporte, leva saneamento, escola e nós temos uma população muito menor do que se imagina. Então, é isso que precisa, parar de crescer a cidade.

Quando eu fui Secretário de Meio Ambiente combati essa grilagem de áreas públicas de áreas verdes, inclusive, e de margem de córregos. Eu ouvi dizer aqui que esse Programa BID Pantanal foi criado para atender famílias que estão em áreas de risco, foi criado para atingir famílias que estão em áreas de risco, porque invadiram áreas que não poderiam ser invadidas, são áreas de preservação permanente, são áreas que deveriam estar à disposição da comunidade. E nós sabemos desse programa...

Então, vamos pensar bem na consciência: Não é só o Poder Público que tem que dar solução, a população tem que saber que - e eu digo isso aos presidentes de bairro, olhando na cara de cada um - ela é também responsável por esse aumento da cidade e aumento dos problemas. Não existe dinheiro público capaz de satisfazer a todas as necessidades de uma cidade na atualidade.

Então, nós precisamos adensar os vazios de uma cidade, e adensar os vazios significa adensar os bairros. Fala-se que existe loteamento... E o senhor, como o nosso provável candidato, um dos candidatos do PPS à Prefeitura, vai receber esse ônus do passado da nossa cidade, de que existe essa falta de adensamento.

Só como exemplo, um dia chegou ao meu gabinete uma presidente de bairro de uma área a ser titulada ainda pelo INTERMAT e eu propus a ela que esses lotes, mais de 50% no caso do bairro dela não estão ainda regularizados, não estão ocupados e a Prefeitura já pôs rede de água em todo bairro, já abriu ruas, a Rede CEMAT já pôs energia e ele está pouco adensado, e já está solicitando escola, já está solicitando creche, já está solicitando centro comunitário para a população, e eu fiz um desafio a ela e falei: Se você conseguir fazer com que os outros lotes que ainda não estão ocupados sejam retomados, sejam ocupados, eu entro com o asfalto, eu solicito ao Secretário Pagot para entrar com o asfalto, rede de esgoto, faço toda a infra-estrutura urbana, se você conseguir retomar esses lotes. E o desafio está feito ao Novo Paraíso.

Então, eu acho que como nós temos responsabilidade, vocês também são responsáveis. E já existe aí no convênio que nós fizemos com o Prefeito Roberto França, parece-me que a rua finalmente foi contemplada, que é um dos grandes problemas do Novo Paraíso que eu sei. Então, eu acho que se todo mundo fizer a sua parte, se conter, ocupar os espaços, nós vamos ter um melhor aproveitamento do recurso público, senão nós estamos jogando dinheiro bom e infra-estrutura onde não existe ocupação. Se nós exigirmos que o poder privado que faz os loteamentos que aqui em Cuiabá, e poucos tiveram essa oportunidade, porque a maioria foi invasão de lotes, nós temos que exigir também dos presidentes dos bairros esse adensamento do bairro, para que a infra-estrutura colocada ali tenha retorno e seja minimizado.

Nós vemos a valorização dos lotes para alguns poucos que são detentores desses lotes, e aí vem aquele problema que falaram aqui também dos espaços urbanos que estão sendo matagais, que estão servindo para outras finalidades. Isso também é fruto do não-adensamento. Se durante a invasão havia a necessidade, por que deixou de haver? Se todos os lotes foram ocupados, Deputado Sérgio Ricardo, por que depois de invadido alguns não terminaram a casa, alguns não concluíram, alguns foram embora, mudaram de Cuiabá e ficou aquele vazio? Portanto, isso nós sabemos que ocorre e é preciso mais critério, é preciso mais necessidade de demonstração disso aí.

Então, da minha parte, Deputado Sérgio Ricardo, eu acho que está finalizado e gostaria... Tem mais uma pessoa inscrita e me coloco a sua disposição lá, eu acho que essa discussão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

não vai ser mais produtiva. Coloco-me lá, sim, à disposição, como me coloco sempre à disposição dos presidentes de bairros, de porta aberta.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Inclusive, até é uma questão para se discutir, ao invés de retomar o terreno, Joaquim Curvo, Rominho, por que é que dentro do programa de titulação não titula apenas aquele que está lá, isso acaba obrigando quem está lá especulando, titula quem está lá, quem estiver na casa faz um programa de titulação, em que ele vai poder...

O SR. RÔMULO VANDONI FILHO - Deixe eu explicar isso aqui para você rapidão.

O negócio é o seguinte: quanto à regularização fundiária feita pelo município, eu não posso responder. É o que eu falo, a habitação, a preocupação de ter... Dois órgãos, hoje, nós temos dentro do município, que atuam no município. Um é a Prefeitura e o outro é o INTERMAT. O critério de um é um, o de outro é outro, mas lotes do município não são titulados se não tiverem habitação. Não são titulados.

Outra coisa, agora mesmo eu estava falando aqui e o Joaquim Curvo respondeu, dentro do Bairro Dr. Fábio nós temos quatro mil lotes. Quatro mil lotes! Sabem quantos estão ocupados hoje? Seiscentos e quarenta. Nós tentamos - o Sr. Joaquim Curvo é testemunha - construir duzentas casas do programa emergencial dentro do bairro. Eu enfrentei lá revólver. Você se lembra, Joaquim? Revólver.

Aí é que eu falo, Valtinho, cadê o movimento comunitário que tem que vir nos ajudar? O movimento comunitário tem de participar sim. Nessa hora o que nós temos de fazer é unir forças, porque nós temos que preencher o bairro.

Eu estou legalizando agora o Passaredo, lá com a Mirtes, e encontrei dois lotes vagos. Não foram repassados os dois lotes? Eu mandei. Nós temos equipe de assistência social, nós temos vinte quatro assistentes sociais que trabalham justamente com isso. A pessoa vai até a Prefeitura, até a Agência Municipal de Habitação e é declarada carente pela assistente social, aí monta-se um processo e eu a mando para o bairro da Mirtes. Não mandei, Mirtes? Tem duas senhoras já que ocuparam o bairro da Mirtes, o Passaredo, bairro antigo. Mas ela tem o prazo de noventa dias para ocupar aquele lote. O que falta para aquilo? Se eu tivesse ali um recurso ou uma bolsa de material de construção do município, eu estaria, além do lote, viabilizando a moradia para ela, mas falta. É o que eu estou falando. O que tem hoje dentro de Cuiabá é um embrião do que poderá ser. Nós temos Campinas que tem trinta e poucos anos com habitação. Campo Grande tem dez anos com habitação. E nós temos três anos.

Então, existe todo um trabalho, realmente, em cima de tentar ocupar. A nossa proposta da habitação é a de ocupar esses espaços vazios dentro dos bairros. É chegar lá no Passaredo, e se temos dez lotes lá, vamos construir dez casas lá dentro. Se lá no bairro do Emídio nós temos vinte lotes, vamos construir vinte casas. Agora, a Prefeitura retoma, a Prefeitura retoma sim área verde que foi ocupada. Nós temos muitos problemas com área verde. Área verde que foi ocupada hoje... Tentaram ocupar outro dia uma área verde ali perto da Brahma. Ficaram? Não vão ficar. Isso os presidentes de bairros, a população, tem que começar a preservar, porque o Poder Público sozinho não dá conta.

Então, é muito bonito quando conversamos. Eu falei isso há pouco tempo, na UCAMB, para vários presidentes de bairros: É muito fácil chegar, encostar o Poder Público na parede e falar que o movimento comunitário... O movimento comunitário é importante para a administração pública. Se o movimento comunitário não fosse importante, não tínhamos a FEMAB, não tínhamos a UCAMB, não tínhamos a UCAM. O movimento comunitário é importantíssimo para o nosso sucesso, para o sucesso do bairro. Agora, tem que ter responsabilidade. Como nós temos que ter responsabilidade frente à Prefeitura, frente ao Governo do Estado, vocês têm que ter

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

responsabilidade no bairro de saber que aquele cara está invadindo uma área verde e não esperar. Una a comunidade: Gente, vamos sair, vamos sair, vamos juntos, vamos participar. Agora, não espere o fato acontecer. Uma vez eu falei na Câmara que nos setenta e sete bairros de Cuiabá a população foi usada como massa de manobra. E se hoje existe área verde invadida, se hoje existe gente morrendo na beira do córrego, é porque houve uma irresponsabilidade no passado. Ou nós começamos a discutir habitação, Valtinho, com seriedade, ou não vamos ter habitação nunca. Ou corrigimos o erro do passado, esquecemos aquilo e iniciamos uma política nova, voltada para a habitação e para qualidade de vida, ou paramos com isso. Está certo!

Então, os presidentes de bairros são muitos importantes nesse processo que o Sr. Joaquim Curvo falou, que eu falei. Se vocês participarem, realmente, nós vamos ter um sucesso maior.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Emídio, que dispõe de um minuto.

O SR. EMÍDIO - Eu só gostaria de colocar que nós, presidentes de associações de bairros, somos parceiros do Município, do Estado, da União e, principalmente, da comunidade. Agora, as dificuldades que os presidentes de associações encontram em seus bairros são justamente aquela questão: o Poder Público, muitas vezes, desapropria uma terra por interesse social, mas esquece de efetuar o pagamento e esquece também de assumir a responsabilidade daquele bairro. O que acontece? Um grileiro profissional entra em um determinado lote, depois vende para outro e, muitas vezes, fica comercializando. E aí fica apenas em cima dos presidentes, com a diretoria. Chega na Prefeitura, o presidente comunica à Prefeitura: Ah, eu não posso entrar naquele bairro porque não está devidamente regularizado.

Então, ficam os problemas que vão sempre acumulando. É por isso que vejo que a partir do momento que se desapropriou uma terra, tem que ser regularizado, tem que ser cadastrado. O Bairro Novo Paraíso, 70% da comunidade... Tem duzentos lotes vazios...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Cadê esse pessoal, Emídio, que é dono do lote?

O SR. EMÍDIO - Esse pessoal, automaticamente, está esparramado por aí.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Mas é gente que não precisa do lote?

O SR. EMÍDIO - A Prefeitura tem poder de polícia, tem autonomia de fiscalização, o Estado também tem. Agora, o presidente de bairro não tem. Então, esse é o problema. Nós comunicamos à Prefeitura, comunicamos ao Estado, mas eles não tomam providências.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Por isso que tem que juntar todo mundo.

Tem mais uma pessoa... Eu quero chamar o Natalício... Só um minutinho, Sr. Eugênio. O Natalício vem falar...

O Walter Arruda, Presidente da FEMAB, Joaquim Curvo e Wilson, tem uma idéia aqui, ele quer deixar como proposta a criação de um fundo de aval por parte do Governo do Estado para avalizar os cidadãos que querem fazer os seus financiamentos junto à Caixa Econômica, e não tem lastro, não tem a documentação e garantia. Quer dizer, seria, vai lá, pega o dinheiro e o Governo do Estado faria um fundo de aval, seria um avalista para construção.

Com a palavra, o Sr. Natalício, que dispõe de três minutos.

O SR. NATALÍCIO - Bom-dia a todos! Não almoçamos ainda e já está chegando a hora, mas é aí que vemos que a discussão é tão boa que ninguém quer se retirar daqui. As pessoas que estão aqui são as que realmente estão compromissadas com essa causa da habitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Gostaria de parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo por essa iniciativa, pela sua preocupação aí com essa questão da habitação.

Nós, da Pastoral do Menor, trabalhando nos bairros, vimos muitas coisas que ocorreram com essas invasões aqui em Cuiabá. Essa falta de política pública de habitação, durante mais ou menos quinze, dezoito anos aqui, trouxe muitos transtornos, inclusive muitos homens, usando de má-fé, utilizaram mulheres da seguinte forma: colocava uma lá no Novo Paraíso para cuidar do barraco, uma no Três Barras, outra no Jardim União, depois essa mulher, muitas vezes, engravidava e ele expulsava-a do barraco para vender o lote, e a mulher também fica necessitada de uma casa. Isso ocorreu muito. Vocês, presidentes de bairros, o Emídio presenciou isso também lá no Novo Paraíso e muitos aqui também.

Eu gostaria de parabenizar o Emídio, aqui, porque ele foi o fundador do Novo Paraíso e está lá no seu quarto mandato. Hoje, ele poderia andar de caminhonete Hilux e está aí, lutando na vida, porque não usou as pessoas lá, como alguns presidentes de bairros fizeram naquela época, usando os moradores, usando aquelas invasões para se beneficiar, causando grande transtorno. Hoje vemos políticos também, infelizmente, que também vieram desse movimento, que hoje têm terrenos em áreas nobres. Por quê? Aconteceu até no Bairro Tancredo Neves. Depois que foi feita a Av. Vicente Vuolo, descobrimos quem realmente era o dono daqueles terrenos.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Tem que nos contar. Não pode deixar em segredo...

O SR. NATALÍCIO - Os presidentes de bairro sabem.

Inclusive muitas invasões... Eu moro há 18 anos no CPA III, desde que cheguei do Estado de São Paulo e comprei minha residência no CPA III, e tem gente que me fala: "Você viu o bairro Tancredo Neves nascer e nunca pegou um terreno lá". Eu nunca peguei. Eu sei de gente que mora lá que hoje especula imóveis comerciais ali, terrenos que até hoje estão sem moradia, porque a pessoa tem o terreno lá. Isso é ruim.

Outra coisa que vemos, companheiro Leônidas, naquela época que se construía habitação não se preocupava muito com a questão de lazer, creches, centros comunitárias e hoje até parabenizamos o Rominho Vandoni à frente da Agência de Habitação e o Prefeito Roberto França porque nós vimos a entrega do Umuarama II, do Jardim Aroeira, que foram entregues já com creche, centro comunitário e nós do CPA ficamos à mercê de tudo isso. Os poucos terrenos que sobravam para instrumento comunitário e área verde foram invadidos e hoje funcionam escolas particulares e outros ramos comerciais e isso é muito ruim para aquela população.

Outra questão, que o Deputado Sérgio Ricardo sabe, é a questão da iluminação que até hoje... Há 20 anos lá a famosa avenida da escuridão, no CPA III, e hoje as pessoas ficam cobrando do Poder Público municipal sendo que quem construiu na época não construiu a iluminação naquela avenida e até hoje é sem iluminação.

Tivemos problemas, e o Sr. Joaquim Curvo várias vezes esteve em reuniões no centro comunitário, e teve que refazer as galerias fluviais e o asfalto do CPA III, setor 01, 03 e 04. Por quê? Usaram o dinheiro público, desviaram o dinheiro, construíram boca de lobo falsa, onde só tinha a boca, era enganação...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O lobo não aparecia, só tinha a boca.

O SR. NATALÍCIO - E o Joaquim Curvo na época era o Secretário de Meio Ambiente e várias vezes estivemos com ele para ver essa questão de área e depois, quando estava na Secretaria de Obras, foi lá na nossa comunidade várias vezes atender a reivindicação do povo, teve que refazer tudo, gastar um dinheirão enorme, conseguir emenda federal, emendar emergencial para refazer totalmente as galerias fluviais, porque na época da COHAB, na época daquela construção, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

construtora não construiu a boca de lobo, somente aquela boca falsa e quando o Raimundo foi lá para o pessoal fazer a limpeza que colocou o negócio, não tinha. Era só enganação. E o que acontece?

Essa questão do controle social, que o nosso colega companheiro Valter Arruda falou, se dá através dos conselhos. Então, a criação do Conselho Municipal de Habitação é muito importante, do Fundo Municipal de Educação, e quem sabe incentivo para a iniciativa privada poder contribuir lá nesse Fundo de Habitação, que ela tenha um incentivo, dedução de imposto, não sei, alguma prestação de serviço.

E eu gostaria de encerrar a minha fala, fui privilegiado por ser o último...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Tem mais um ainda.

O SR. NATALÍCIO - Nós, da Pastoral do Menor, temos uma máquina de fabricação de tijolo ecológico, que eu coloco à disposição. Já falei com o Valter Arruda, da FEMAB, da UCAMB, dos Presidentes de Bairros para que nós possamos ativar essa máquina. Hoje ela está no Bairro Florianópolis. Já estive lá no Novo Paraíso. Nós construímos alguns tijolos na construção da creche que a Pastoral tem lá hoje. E é uma máquina de tijolo ecológico que ela... É como esse projeto da Escola Técnica, que falamos também agora com o professor Adilson para fazermos uma parceria, só está faltando para nós é o moinho.

O moinho é o seguinte: essa máquina veio do Sul. Nós fizemos um projeto. Ele veio do Sul e ela consiste no seguinte: se nós tivermos o moinho e esses resíduos dessas empresas pega-tudo de construção... Nós levamos a máquina no bairro e colocamos ali no terreno onde esses resíduos de construção são jogados lá. Lá são moídos e depois é feito aquele preparado e ele vai utilizar o mínimo de cimento possível para fabricação desse tijolo e você consegue construir casas a um custo baixíssimo, um investimento baixíssimo. Talvez seja por isso até que os governantes ainda não incentivaram a criação dessa máquina, talvez devido às empresas de construção civil, às indústrias verem o tanto que vai beneficiar essa máquina de tijolo ecológico.

Então, nós agradecemos todos. Parabenizamos mais uma vez o Deputado Sérgio Ricardo por esta Audiência Pública e todo movimento comunitário que está presente e que ficou aqui até agora com fome e frio, porque esse ar-condicionado aqui é frio demais. Nós passamos um frio danado, mas foi ótima esta discussão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SERGIO RICARDO) - Para encerrar, eu quero chamar o Sr. Júlio César, que está representando o Reitor da UNEMAT.

Quero aproveitar a fala do Natalício e parabenizar o Sr. Rômulo Vandoni, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos aqui na Assembléia Legislativa pelo trabalho que serve como modelo, no Aroeira e no Umarama, com relação à recuperação do córrego das margens. Ele está fazendo um plantio e isso tem que ser estendido a todos esses córregos que atravessam a nossa cidade. Então, parabéns e que isso sirva de exemplo.

Também vou conceder a palavra ao Sr. Eugênio de Carvalho.

Com a palavra, o Sr. Júlio César, que dispõe de três minutos.

O SR. JÚLIO CÉSAR - Secretário, Deputado, a UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso, em especial de Barra do Bugres, do Departamento de Arquitetura, coloca-se à disposição para trabalhar junto com os senhores, seja na elaboração dos projetos, seja na execução dos mesmos. Estão aqui comigo os meus colegas, o Chefe de Departamento e a Professora do Departamento de Arquitetura. Nós queremos participar e contribuir com os senhores.

A minha pergunta é ao Secretário Joaquim Curvo com relação ao projeto que foi mostrado, com relação à construção das casas. Também pode ser estendido aos clubes de serviços? Parece-me que ouvi falar em Rotary Club Sapezal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. JOAQUIM CURVO - Nós não falamos sobre essa parte, mas eu já fiz parceria com o *Lions* Internacional, que vai fazer a construção de 50 unidades para paraplégicos em todo o Estado. Ele só quis fazer 50 unidades para paraplégicos. Ele está trazendo também 50% em dólar dos Estados Unidos na parceria que nós fizemos de 50% aqui com ele.

Então, eles vão construir em todo Estado 50 unidades. O Rotary Clube Sapezal também já está atendendo com bolsas de materiais de construção e eles vão também construir. E temos outras parcerias, como a Cáritas, que é uma Pastoral lá de Rondonópolis, que está construindo ou vai construir 200 casas. Este ano ela já fez 200 casas também na parceria. Temos também encaminhado junto com a Assembléia de Deus, temos encaminhado com outros segmentos e isso é uma determinação de Governo, construir 20 mil casas, seja lá com quem for. Temos parceria com Itiqui Unida, que utilizo esse sistema e que nós estamos dando a maior força para que seja desenvolvido no Estado de Mato Grosso.

Agora, eu quero responder ao Sr. Valter. Esse sistema de aval não há necessidade. No Governo que o senhor ajudou eleger, existe a bolsa de materiais de construção que é gratuita. Não há retorno.

Então, é simplesmente se organizar através da Prefeitura. Em diversos bairros de Cuiabá - e o Sr. Rômulo sabe disso - tem um programa lá que pode ser desenvolvido em vários bairros de Cuiabá, não há necessidade de ser num local específico. O local específico como nós falamos, se nós conseguirmos preencher todos os vazios, eu posso ver a possibilidade, inclusive, da pavimentação daquele local.

Então, Valter, é melhor do que o aval, nós estamos dando de graça até quatro mil reais em bolsa de materiais de construção.

Então, Valter, é muito maior do que aquilo que você está solicitando aqui.

O SR. VALTER ARRUDA - Nós fizemos a proposta, Joaquim Curvo, baseado em vários presidentes de associações. Inclusive eu quero entregar isso aqui para o companheiro Sérgio Ricardo, que são dos autônomos, e quando precisam de qualquer tipo de financiamento é exigido um avalista. Aí, meu companheiro Deputado Sérgio Ricardo, aproveitando esse um minuto, ainda tenho trinta segundos, eu queria dizer, meu companheiro Rominho, quando você me pergunta onde está o movimento comunitário, que o movimento comunitário está em todas as ações. E aí o companheiro Joaquim Curvo também colocou, nós estamos abertos a parcerias e nós temos sido o maior parceiro do Governo Municipal e Estadual. Aí, nós, enquanto presidente de associações, temos sim que buscar insistentemente a tão sonhada qualidade de vida para a nossa gente. E nós nos colocamos à disposição. Os companheiros têm disposição para resolver o problema de lotes baldios nos bairros. Isso atrapalha a qualidade de vida das famílias que ficam lá. E aí, companheiro, nós estamos aqui para toda e qualquer parceria.

O SR. WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE - A questão do fundo de aval e a questão de que ele disse que o autônomo não comprova a renda, eu acho que isso é uma situação antiga de falar que para financiar imóvel tinha que ter a renda comprovada. Isso, há muito tempo que a renda informal é admitida para tomar financiamento. O que precisa é caracterizar essa renda, e a Caixa, hoje, já tem o mecanismo para esse fim, que é a conta simplificada que ela instituiu este ano agora, qualquer pessoa pode abrir a conta, não é uma conta que tem um limite de movimentação, não se cobra tarifa, então não é uma conta cara para manutenção e ali pode ser depositada a receita que a pessoa tem, o saque a pessoa tem. Então, o movimento financeiro naquela conta, já comprova quanto é o circulante dessa família para poder tomar financiamento.

Então, eu acho que se nós começarmos a usar os serviços que já foram disponibilizados, que já foram criados pelas populações de maior poder aquisitivo, nós começaremos a clarear essas questões de dificuldade de acesso aos financiamentos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

Eu já falei aqui de materiais de construção, o do Joaquim Curvo é fundo perdido, o nosso infelizmente tem que pagar a prestação, mas fazendo cadastro a pessoa não precisa esperar o Governo. Se ele tem atividade de renda, se ele tem o terreno dele, se ele tem a vontade de fazer a sua casa, ele pode ir à Caixa Econômica Federal, faz o cadastro e ele tem o financiamento. Não é tão burocrático como tem se falado aqui.

Só para deixar claro e passar essa informação e usar o serviço que o Governo vem disponibilizando através da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - E para encerrar a nossa Audiência Pública, quero dar a palavra a um dos cuiabanos que eu mais respeito, que é o amigo Eugênio de Carvalho.

O SR. EUGÊNIO DE CARVALHO - Olhem, eu quero que vocês me perdoem a impertinência, mas em uma conversa particular com o Deputado Sérgio Ricardo, com quem trabalhamos juntos, mais de dez anos, eu o conheço perfeitamente, e tenho de parabenizá-lo pelo esforço que ele vem fazendo no trabalho dessas diversas áreas sociais... O que eu tenho observado - eu vou fazer uma observação, não uma crítica - é que se constrói casa própria, mas se dá o mínimo de quintal ao proprietário. Deve-se dar o máximo de quintal, porque ali ele terá o cultivo da sua horta, plantará árvores frutíferas, porque é assim que diminui a fome no mundo.

A fome, eu creio que ela não será extinta, pelo menos daqui a algum tempo, mas eu acho que se deve preocupar com esta situação do proprietário, porque com o cultivo da horta e o plantar de algumas árvores frutíferas certamente diminuirá a frequência da pobreza nos supermercados e naturalmente o seu salário aumentará. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Fechou com chave de ouro a nossa Audiência Pública.

Eu quero agradecer a presença do IBGE. Quero agradecer ao Joaquim, ao Rominho, ao Wilson, ao Leônidas. Quero agradecer e parabenizar a minha equipe, Joana, Milena e Thelma - nota 10 pela organização. Quero agradecer também todos os presidentes de bairros que estiveram aqui. A idéia era exatamente causar toda essa discussão. Eu tenho certeza de que daqui muitos encaminhamentos serão dados.

De tudo o que foi tratado aqui será feito um documento que será encaminhado, que estará à disposição de todos os presidentes de bairros no meu gabinete. Eu acho que, a partir do que foi dito aqui, porque a informação é muito importante, que vocês comecem a questionar, a procurar, a motivar, a incentivar o Poder Público, a cobrar do Poder Público. Hoje, eu aprendi um detalhe interessantíssimo sobre Cuiabá. Eu moro aqui há vinte e três anos. Eu conheço cada bairro dessa cidade, desde os seus nascimentos. Muitos bairros, eu conheço desde o primeiro cidadão que entrou lá. O seu bairro é um, Emídio, você sabe disso. E tantos outros bairros, Válter. Eu estou presente no crescimento dessa cidade.

Eu fiquei sabendo de um detalhe, atentei para um detalhe que foi colocado e que é muito importante, que essa cidade é grande e que, ao invés de crescer para os lados, pode crescer para dentro. Por quê? Porque há muitas áreas vagas, muitas áreas de especulação, muitos terrenos. Como em um bairro como o Dr. Fábio, uma região linda como é a do Bairro Dr. Fábio, tem, de quatro mil, apenas seiscentos e sessenta ocupados. Uma região linda, como é a do Bairro Novo Paraíso, de frente para a Chapada dos Guimarães, que pega todo o vento da Chapada dos Guimarães, uma maravilha aquele lugar, tem 50% de seus terrenos desocupados, duzentos terrenos vagos. No Bairro Pedra 90, Sr. Joaquim Curvo, 50% dos terrenos estão sem ocupação.

Então, eu achei isso muito interessante. Vou começar a pensar muito mais em desenvolvimento de Cuiabá, em desenvolvimento sustentado, mas para Cuiabá crescer onde ela está, porque ela pode ser melhor ocupada. Eu não sei quem são os proprietários, não sei quais seriam as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O SISTEMA HABITACIONAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2003, ÀS 08:30 HORAS.

políticas, mas já começo a antever políticas a serem aplicadas para promover a ocupação dessas áreas, Sr. Rômulo. E vi, também, aqui... Quero parabenizar o Governo do Estado pelo que está fazendo. É uma revolução o que estão fazendo. A ausência do Poder Público na questão da habitação anos e anos e agora está presente o Poder Público, está presente o Governador Blairo Maggi, através do Sr. Joaquim Curvo, um dos poucos que conhece Mato Grosso. Essa área colocaram na mão de quem entende, na sua mão, da mesma forma como fizeram no município, colocando na mão do Rominho Vandoni essa questão da habitação. Estou vendo Mato Grosso e Cuiabá se desenvolverem de forma sustentada a partir dessas duas administrações.

Quando você vai lá... Ele serve de modelo, você tem que divulgar isso, Rominho. Você, a administração do Roberto França tem que divulgar o que estão fazendo lá, o modelo que estão implementando no Aroeira e no Umuarama. A sociedade está recebendo dentro do bairro, está recebendo a casa, o asfalto, a linha de ônibus, a iluminação, creche, centro comunitário, centro de saúde, quer dizer, a população terá tudo para viver ali. Ela será auto-sustentada. É assim que temos que começar a construir a cidade, desenvolver a cidade dessa forma.

Então, nota 10, porque realmente... Eu sempre digo que tem Governos que lembramos e tem Governos de que sentimos saudades. Então, é diferente. Tem alguns Governos que lembramos que passaram e tem alguns de que teremos saudades. Não tenho dúvida, como cuiabano, como morador daqui há vinte e três anos, quero terminar os meus dias aqui. Então, eu fico muito orgulhoso do que está sendo feito agora, de ver a minha cidade, o meu Estado, sendo tratado de forma diferente.

Então, quero parabenizar todos vocês e quero participar desse processo todo dando a minha contribuição.

Muito obrigado. Estou muito feliz com o rendimento e com o resultado do que aconteceu aqui hoje.

Obrigado Deovaldo. Parabéns! Conheço você há vinte anos, sempre fazendo um trabalho de competência e de seriedade frente ao IBGE. Parabéns, Wilson, para você e para a Caixa Econômica e sucesso nos próximos empreendimentos, que Cuiabá e Mato Grosso ganhem muito com a atuação da Caixa Econômica em Mato Grosso.

Muito obrigado a toda equipe que participou aqui. Muito obrigado, felicidades e até a próxima oportunidade.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.